

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLEIDE ELIZABETH PASSOS DOS SANTOS

**O PAPEL DA IMPRENSA PERIÓDICA NO PROCESSO DE AUTONOMIA E  
ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO TERRITÓRIO DO ACRE**

RIO BRANCO  
2018

CLEIDE ELIZABETH PASSOS DOS SANTOS

**O PAPEL DA IMPRENSA PERIÓDICA NO PROCESSO DE  
AUTONOMIA E ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO TERRITÓRIO  
DO ACRE**

Relatório para exame de  
Qualificação apresentado ao programa de  
Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal do Acre como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre. Linha e Pesquisa: Políticas e  
Gestão Educacional.

Orientadora: Profa. Dra.  
Andréa Maria Lopes Dantas

RIO BRANCO  
2018

CLEIDE ELIZABETH PASSOS DOS SANTOS

**O PAPEL DA IMPRENSA PERIÓDICA NO PROCESSO DE AUTONOMIA E  
ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO TERRITÓRIO DO ACRE**

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas  
Orientadora- Universidade Federal do Acre

---

Professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves - PUCSP  
Membro Externo

---

Pelegriño Santos Verçosa -UFAC  
Membro Interno

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aos meus pais, a quem devo a vida, e meus filhos, minha maior fonte de inspiração e força

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, pela inspiração, saúde e força para fazer essa caminhada.

Aos meus pais, com quem aprendi sobre honestidade, perseverança e fé. Ao meu pai, Raimundo de Oliveira Santos, pelo esforço para que eu tivesse um boa educação, por todos valore que me transmitiu. À minha mãe, Francisca Passos dos Santos, com quem aprendi sobre força e perseverança, por se fazer presente nos momentos mais difíceis e por nunca me deixar desistir.

À minha orientadora, Professora Doutora Andréa Maria Lopes Dantas, pela orientação, pelos ensinamentos preciosos, ensinamentos que levarei para a vida.

Ao professor Doutor Pelegrino Santos Verçosa por ter aceitado o convite para compor a Banca de Avaliação e orientações das a realização deste trabalho.

Ao professor Doutor Mauro Castilho Gonçalves por ter aceitado o convite para compor a Banca de Avaliação e por todas contribuições dadas, meus mais sinceros agradecimentos.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação

Aos amigos Josenir Calixto, Ana Luce Galvão e Jacira Abdon, por todo incentivo e apoio nos momentos cruciais dessa caminhada.

A todos amigos da turma do mestrado em educação 2016, pela parceria e palavras de incentivo.

Aos meus chefes imediatos pela incentivo e parceria nesta caminhada, em especial, os amigos Márcio Batista e Andreia Forneck.

Agradeço imensamente aos meus familiares, em especial, minha mãe e filhos, pelo incentivo e compreensão pelos momentos em que precisei estar ausente para me dedicar aos estudos.

*“Um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros da sociedade é a liberdade de imprensa”.*

( VASCONCELLOS, 1978,p.92)

## RESUMO

O presente estudo objetiva examinar em que medida o discurso contribui para o desenvolvimento do Movimento Autonomista e organização da Instrução Pública no Território Federal do Acre. Após pesquisa preliminar ao acervo disponível para consulta o banco de dados da Hemeroteca Digital, definiu-se como fonte principal o jornal *A Folha do Acre*. A escolha deve-se ao fato de que, embora divulgue atos oficiais, este se autodeclara independente, assumindo o papel de ‘órgão dos interesses do povo’. A investigação considera o período entre anos de 1910 a 1946, tempo em que a Folha do Acre esteve em circulação no Território Federal do Acre. A pesquisa aborda aspectos econômicos, políticos, sociais que envolvem a criação do Território Federal do Acre estabelecendo a relação entre a presença da imprensa periódica – com destaque para a Folha do Acre- com o Movimento Autonomista bem como traços do discurso desse movimento. O referido estudo aborda ainda proposições autonomistas e as mudanças na gestão e linha editorial do jornal Folha do Acre, no período que a pesquisa recobre, com ênfase no primeiro movimento de autonomia do Acre, perpetrado no departamento do Alto Juruá. Busca-se, ainda, analisar a relação entre o discurso autonomista e a instrução pública. Partindo do pressuposto de ter a imprensa periódica cumprido importante papel na divulgação da política vigente e formação de uma nova mentalidade, a pesquisa tem como aporte teórico estudos de CHARTIER (1998); FAIRCLOUGH (2001); BEZERRA (2005) SHIROMA (2005); DANTAS (2011); CARNEIRO (2016); Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental. O estudo começou com consulta ao acervo disponível na Hemeroteca Digital.

**Palavras-chave:** Autonomia; Instrução Pública; Território Federal do Acre; Alto Acre

## ABSTRACT

The present study aims to examine to what extent the discourse contributes to the development of the Autonomist Movement and organization of Public Instruction in the Federal Territory of Acre. After preliminary research to the collection available to consult the database of the Digital Newspaper Library, the newspaper A Folha do Acre was defined as the main source. The choice is due to the fact that, although it divulges official acts, it declares itself independent, assuming the role of 'organ of the interests of the people'. The investigation considers the period from 1910 to 1946, at which time the Folha de Acre was in circulation in the Federal Territory of Acre. The research deals with the economic, political and social aspects that involve the creation of the Federal Territory of Acre, establishing the relationship between the presence of the periodic press - with emphasis on the Folha do Acre - with the Autonomous Movement as well as traces of the movement's discourse. This study also addresses autonomist proposals and changes in the management and editorial line of the newspaper Folha do Acre, during the period covered by the survey, with emphasis on the first autonomous movement of Acre, in the department of Alto Juruá. It also seeks to analyze the relationship between autonomist discourse and public education. Based on the assumption of having the periodic press played an important role in the dissemination of the current policy and formation of a new mentality, the research has as theoretical contribution studies by CHARTIER (1998); FAIRCLOUGH (2001); BEZERRA (2005); SHIROMA (2005); DANTAS (2011); CARNEIRO (2016); This is a qualitative, documentary research. The study began with consultation to the collection available in the Digital Library.

**Keywords:** Autonomy; Public Instruction; Federal Territory of Acre; Alto Acre



## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Frontispício Primeira Edição ..... | 18 |
| Figura 2 - Frontispício Edição 50 .....       | 21 |
| Figura 3 - Frontispício edição 65.....        | 27 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 11 |
| CAPÍTULO I - JORNAL FOLHA DO ACRE, O ÓRGÃO DOS INTERESSES DO POVO | 17 |
| 1.1 Mudanças na Gestão e Linha Editorial.....                     | 22 |
| CAPÍTULO 2 - VELHA REPÚBLICA E A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO .....      | 28 |
| 2.1 O Partido Constructor Acreano.....                            | 40 |
| CAPÍTULO 3 - A FOLHA DO ACRE E INSTRUÇÃO PÚBLICA .....            | 58 |
| 3.1 A Maçonaria e a Instrução Pública.....                        | 65 |
| 3.2 O Regulamento da Instrução Primária no Alto Acre .....        | 67 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 80 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                  | 83 |
| ANEXOS .....  | 86 |



## INTRODUÇÃO

O meu ingresso no Mestrado em Educação é superação, realização de um sonho. Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Propaganda e Marketing, aos vinte e dois anos de idade iniciei a prática docente como professora de Língua Inglesa na rede pública de educação do Estado do Acre. Mais tarde, no ano de 2003, ingressei na Universidade Federal do Acre como Professora Substituta no curso de Jornalismo. Àquele momento eu já sabia quão desafiadora e prazerosa pode ser a experiência do aprender e ensinar. O Mestrado em Educação é mais uma possibilidade para aprofundar o conhecimento, aperfeiçoar a prática profissional e contribuir para a construção de uma educação que valorize a história como elemento para compreensão da realidade atual.

O interesse pela pesquisa documental, especialmente a que privilegia o jornal impresso como fonte de pesquisa, nasceu no ano de 2012, momento em que, na condição de Aluna Especial tive oportunidade de cursar a disciplina Literatura, Memória e Identidade, ministrada pela professora doutora Andréa Dantas no Mestrado de Letras da UFAC. Mais tarde, já como aluna efetiva do Mestrado em Educação, eu tinha uma certeza: desenvolver uma pesquisa na qual pudesse eleger o jornal como fonte e estabelecer a relação entre o papel da imprensa escrita e o contexto social na qual estivesse inserida, perspectiva consolidada a partir do contato com as disciplinas Educação Brasileira e História da Educação da Amazônia, sendo esta ministrada pela professora Andréa Maria Lopes Dantas, e aquela, ministrada em conjunto com o professor Mark Clark Assen de Carvalho.

A partir das obras e autores trabalhados nas disciplinas de Educação Brasileira tive oportunidade de compreender melhor como se constituiu a instrução pública no Brasil, bem como avanços e retrocessos no processo de construção da educação escolar no país. A disciplina História da Educação na Amazônia permitiu fechar o espectro na realidade local, ampliar a compreensão do contexto político, social e econômico em que é criada e se desenvolve no Brasil e como esse processo ocorre no interior do país foi fundamental para a definição do que depois se constituiria meu objeto de estudo. Nesse sentido, pude verificar quão forte foi o papel da imprensa periódica para anunciação da política vigente, formação de uma nova mentalidade e mobilização social. Tais descobertas foram fundamentais para a decisão de realizar uma pesquisa que também privilegiasse o jornal como fonte. Nessa perspectiva este trabalho tem como aporte os estudos de Cruz e Peixoto (2007). Ao problematizar o uso da imprensa como fonte de pesquisa como fonte de pesquisa e propor a discussão de procedimentos teóricos- metodológicos bem como a reflexão sobre a

historicidade da imprensa, as autoras salientam que a pesquisa não é atividade de fim dos materiais da imprensa, não são produzidos com a finalidade de atender historiadores e cientistas.

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento as relações imprensa\sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ, 2007, P. 258).

Na obra de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, foi possível encontrar informações importantes para compreender as transformação políticas, econômicas, sociais porque passou Brasil, bem como, o contexto em que se deu o processo de desenvolvimento da imprensa no país. Sobre o início de tudo, aponta o autor:

Em 1796, sob os auspícios do governador Francisco de Castro Morais instalou-se no Recife pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas. A Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano, entretanto, liquidou a tentativa. Determinava que se devia “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas os oficiais de tipografia que não imprimissem livros ou papéis avulsos” (...) (...) Já o mesmo não acontece com o que se relaciona com a outra tentativa conhecida, a de 1746, no Rio de Janeiro. Recebeu, como a anterior, o bafejo da autoridade local, o governador Gomes Freire. Antonio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, transferiu-se à colônia, trazendo na bagagem o material tipográfico com que montou no rio pequena oficina. (SODRÉ, 1999, p. 17).

De acordo com Lustosa (2000), é possível compreender que aos jornalistas cabia também a missão de educar.

Os jornais surgidos no Brasil no início do século XIX possuíam a missão de educar. O jornalista possuía a arte não de agradar, mas de analisar e instruir. Uma arte capaz de influenciar de preparar o povo para o novo. Os homens que os faziam acreditavam nas virtudes mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal da sociedade. (LUSTOSA, 2000, p. 30).

O percurso da pesquisa, assim como a construção do relatório tem como ponto de partida o roteiro de análise proposto pelas autoras, (CRUZ, PEIXOTO, 2007), trabalho que começa com a identificação do periódico, contempla o projeto gráfico, editorial que inclui movimentação e posicionamento político, produção e distribuição, grupos produtores, circulação e distribuição.

O passo seguinte foi o de identificar os jornais editados no Acre entre 1910 e 1946. No banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional há 35 periódicos que circularam no Acre entre os anos de 1900 e 1979. Entre as publicações disponíveis para consulta me chamou a atenção aquele que se declarava autônomo, defensor dos interesses coletivos, o jornal *Folha do Acre*, que fundado no Território Federal do Acre no ano de 1910 e que circulou até o ano de 1946.

Considerando condições geográficas, de transporte e comunicação no Brasil entre os anos de 1910 e 1940, é possível deduzir que, àquela época, a impressão e distribuição de um jornal impresso num lugar tão distante do restante do país, como o território do Acre não era algo tão simples. Mantido por assinantes, garantindo alguma rentabilidade por meio da venda de exemplares avulsos e anúncios, o jornal *Folha do Acre* se declarava independente, ‘órgão dos interesses do povo’ que, além de notícias, divulgava atos oficiais.

Pensar sobre motivações e interesses de tal iniciativa, a criação de um jornal autonomista, de imediato, me pareceu algo desafiador. O tempo em que o periódico permaneceu em circulação é algo que também chama a atenção. Foi considerando todos esses aspectos, que decidi que o jornal *Folha do Acre* seria aquele ao qual dedicaria a minha análise.

Com o objetivo de me aproximar do meu objeto, passei a formular algumas questões: quem seriam os fundadores da *Folha do Acre*? Quais ideias defendiam? Teriam conseguido seus fundadores manter a estrutura inicial e objetivos de sua empreitada? Seria mesmo a *Folha do Acre* um jornal autônomo, independente, defensor da coletividade? Decidida que este seria meu objeto de estudo, iniciei a pesquisa.

No intuito de encontrar respostas para tais perguntas iniciei a coleta de dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, portanto embasada nos estudos de Caulley (1981), para quem a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, p. 187). Leis, cartas, memorandos, autobiografias diários pessoais, jornais, revistas, roteiros de programas de rádio e televisão, arquivo, estatísticas são alguns exemplos que documentos que podem ser utilizados como fonte de pesquisa.

Sobre as vantagens de utilizar documentos como fonte de pesquisa, Guba e Lincoln (1981) apontam que os documentos constituem uma fonte estável e rica, podem ser consultados das várias vezes, inclusive para diferentes estudos e persistem ao longo do tempo.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LUDKE, 1986, p. 39).

Trata-se, portanto, de um movimento no sentido da análise de conteúdo (AC). Tendo como referência teorias apresentadas por Caregnato e Mutti (2006) este trabalho considera a AC como uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social (BAUER, apud Caregnato, 2006). Esclarecem as autoras que na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representam.

Nessa perspectiva há que se considerar, ainda, o que diz Chartier quanto conteúdo veiculado e as representações sociais.

As percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, legítimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas, as suas condutas. (...) As lutas de representações sociais têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio ( CHARTIER, 1990:17)

A investigação começou com consulta ao acervo disponível na Hemeroteca Digital. O primeiro passo foi a leitura geral dos exemplares da Folha do Acre disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com o objetivo de identificar linha editorial, seções fixas, flutuantes e demais elementos que me permitissem perceber como e com quais objetivos estavam ali dispostas as informações. Foi um passeio pelas mais de 470 edições disponíveis na Hemeroteca Digital.

Na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital constam 474 números, organizados por ano de publicação. No período de 1910 a 1920, se observou a ausência total de 105 números. No ano de 1910 faltam os números 3, 5, 9, 11. No ano de 1911

não estão disponíveis para consulta os números 30 e 56. No ano de 1912 falta o número 101. No ano de 1913 não há os números 105 e 110. No ano de 1914, não constam os números de 132 a 139. Em 1914 não constam os números 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 153, 155, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 178. No acervo onde estão as edições do ano de 1915, não constam os números 181, 184, 186, 187, 188, 189, 196, 204, 205, 206. No ano de 1917 não constam os números 208, 212, 213, 214, 215, 216, 218. Na pasta do ano de 1920, não estão disponíveis os números 219, 220, 221, 222, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, além dos números de 254 a 293.

Posteriormente, iniciei uma segunda leitura para identificação e registro das informações de Frontispício e Expediente<sup>1</sup>. O terceiro passo foi a seleção de categorias que pudessem levar a detalhes das informações ali dispostas.

Os primeiros filtros aplicados foram os nomes dos fundadores, diretores do jornal *Folha do Acre* e a palavra autonomia. Posteriormente, ‘instrução pública’, ‘educação’, ‘escola’ e ‘educação escolar’ foram as palavras-chaves utilizadas com o intuito de identificar abordagem e recorrência do tema em estudo.

Considerando limite de tempo e espaço para realização desta pesquisa bem como o decreto 9831 de 23 de outubro de 1912 que reorganiza a administração do território do Acre com a criação do departamento do Tarauacá<sup>2</sup>, defino como elemento central da pesquisa a análise dos discursos autonomistas publicados no jornal *Folha do Acre*, no período de 1910 a 1946. Agrego a essa definição as questões relativas à organização da instrução pública, no modo pretendido pelos autonomistas, e expresso no jornal *Folha do Acre*.

No manejo com as fontes<sup>3</sup>, se observa inicialmente, no que concerne à linha editorial que este percorre várias fases sem, no entanto, se afastar de sua proposta inicial, qual seja o de se constituir um anunciador do desejo por autonomia, caro aos acreanos desde a anexação deste ao território brasileiro.

---

<sup>1</sup> No jornal impresso Frontispício é o termo dado ao elemento frontal que identifica a publicação. O formato varia de uma publicação para outra mas em geral traz informação sobre a cidade em que a veículo circula, data de publicação, número da edição. No Expediente fornece dados sobre endereço, nomes dos diretores, repórteres equipe técnica, colaboradores, consultorias, distribuição, local de impressão.

<sup>2</sup> Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912 - Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre

Art. 2º O Território do Acre divide-se em quatro departamentos administrativos: Alto Acre, Alto Purús, Tarauacá e Alto Juruá.

Art. 3º Os quatro Departamentos terão suas sedes, respectivamente, em Rio Branco, Senna Madureira, Villa Seabra e Cruzeiro do Sul. (cf. <http://www2.camara.leg.br>)

<sup>3</sup> Para descrição da fonte utilizei como referência a dissertação de mestrado que trata da autonomia da Vila Seabra, de Eduardo da Cunha Franco de Sá O Acre precisa de um viver autônomo para poder progredir: A intrínseca relação existente entre a autonomia política / territorial e a instrução pública na Vila Seabra, território do Acre, Dissertação de Mestrado – PPGE/UFAC, 2017. Rio Branco Acre.



Em um primeiro momento, a *Folha do Acre* se apresenta como um ‘órgão dos interesses do povo’ (1910-1911), produzindo com isso um discurso que o afasta das orientações da administração do Departamento do Alto Acre e anuncia a necessidade da autonomia acreana. Num outro momento se anuncia como organismo de um partido político, vinculando com isso sua linha editorial as marcações oriundas do Partido Constuctor Acreano (1911-1921) e Partido Evolucionista (1921-1923), ambos declaradamente autonomistas. No período de 1926 a 1927 a *Folha do Acre* anuncia aos seus leitores que se constitui em um jornal político e noticioso, inaugurando o que determina como uma nova fase do jornal. No último ano de sua publicação, em 1946, esta, se apresenta como um ‘periódico independente’ retomando a sua proposição inicial.

Esta dissertação de pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta o jornal *Folha do Acre* com destaque para as marcas do discurso em torno das questões relativas a autonomia do território do Acre, bem como as mudanças na gestão e linha editorial do jornal *Folha do Acre*, no período que a pesquisa recobre, com ênfase no primeiro movimento de autonomia do Acre, perpetrado no departamento do Alto Juruá.

No segundo capítulo, abordarei proposições autonomistas e as mudanças na gestão e linha editorial do jornal *Folha do Acre*, no período que a pesquisa recobre, com ênfase no primeiro movimento de autonomia do Acre, perpetrado no departamento do Alto Juruá.

No terceiro e último capítulo, dedicarei a analisar a relação entre o discurso autonomista e a instrução pública contidas nas proposições presentes nas homilias dos defensores da autonomia acreana, publicados no jornal *Folha do Acre*.

## CAPÍTULO I - JORNAL FOLHA DO ACRE, O ÓRGÃO DOS INTERESSES DO POVO

O jornal Folha do Acre foi criado pelo tenente coronel Theophilo Maia e pelo advogado Nelson Noronha. O periódico começou a circular em 14 de agosto de 1910 e editado na Cidade da Empreza<sup>4</sup>, que daria origem à Rio Branco, atualmente, capital do Estado do Acre. Mantido por sócios assinantes, por meio de assinaturas mensais, semestrais ou anuais. Inicialmente, era publicado a cada 15 dias, passando depois a circular semanalmente.

Em 1911 é publicada na Folha do Acre uma matéria alusiva a ao aniversário de seu criador e diretor, Sr. Theophilo Maia. Neste momento, o diretor do jornal é descrito pelos colegas de trabalho como alguém importante para a sociedade acreana e, sobretudo para a imprensa local, posto que fundou um jornal que se revela importante para a cena cidadina ao garantir a publicação de um periódico que advoga, sem temer, a ideia da autonomia acreana, elemento que está no imaginário dos habitantes locais, desde que o Acre foi anexado ao Brasil através do Tratado de Petrópolis<sup>5</sup>.

Como acreano, amante dessas plagas, onde desenvolve a sua atividade e a que vota uma dedicação sem limites, o seu patriotismo e os seus esforços em prol do engrandecimento do Acre e da causa sacrossanta de sua emancipação política lhe dão direito de figurar entre a galeria de nossos beneméritos. (Folha do Acre, n. 27, 1911, p.1).

A homenagem expressa ainda traços da personalidade do fundador da Folha do Acre:

Theophilo Maia vê passar mais um anno de sua existência em cujos dias brilhantes se encerra um cyclo de trabalho honesto, de dedicação à causa do, da prática constante das virtudes que o ennobrece e o tornam digno da maior estima e da mais sincera admiração. Nós que com elle convivemos, irmanados pelas mesmas crenças e pelos mesmos idéas, recebendo os influxos benéficos de sua orientação, não podíamos deixar de sentir hoje uma immensa e verdadeira , alegria nem prestar-lhe as nossas homenagens que traduzem os sentimentos de profunda amizade que lhe dedicamos.

Theophilo Maia, como cidadão, é o prototypo do civismo, como comerciante, personifica a honradez, como amigo a sua lealdade e sua dedicação se elevam até o sacrifício do próprio bem-estar; como político é intransigente e suas crenças sinceras e patrióticas, são inabaláveis. O seu caráter tem a inflexibilidade dos grandes rochedos em que se debatem os vagalhões do mar. Assim como a impetuosidade das águas não consegue demolir esses blocos invulneráveis que se erguem magestosos,

<sup>4</sup> Empreza – nome do seringal que deu origem a cidade de Rio Branco. Grafia conforme português da época.

<sup>5</sup> DECRETO Nº 1.181, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904 Autoriza o Presidente da República a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias. (cf. <http://www2.camara.leg.br>)

como que affrontando a fúria do oceano também os interesses, as paixões, todos os sentimentos menos dignos jamais quebraram aquella inflexibilidade moral com que Theophilo maia sabe afrontar todas as eventualidades.

Uma dos característicos mais bellos e mais apreciáveis, que o distinguem, é o da , é o da modéstia, duma modéstia que não se estuda que não se aprende e nem se finge, mas que se impõe como uma expotanea manifestação da índole do individuo que a revela ( Folha do Acre, ed. 27, 1911, p. 1).

O tenente coronel Theophilo Maia fica à frente da direção da Folha do Acre até o ano de 1911, quando então, por motivo de saúde, deixou a direção do periódico. No lugar de Theophilo Maia assume direção do Folha do Acre, o advogado Nelson Noronha, que na ausência do tenente coronel, já ocupava interinamente a direção do jornal.

Figura 1 - Frontispício Primeira Edição



Fonte: FOLHA DO ACRE (1910, ed.1, p.1)

Observando a parte superior do jornal, acima das informações de expediente, o frontispício permitia situar o leitor quanto ao local, data em que o mesmo é editado. O nome do periódico aparece no alto da página, centralizado, em caixa alta e em negrito. Na margem esquerda, a marcação do território - Acre- Brazil -. Acima ao centro, as informações sobre o local de circulação e data e no canto à direita, informações sobre ano de publicação e o número da edição. Conforme as mudanças no campo da política, da economia e sociais no território, as informações do frontispício também se alteram. Em 1911 traz a demarcação geográfica da Cidade da Empreza, que em 1912 passa a ser Pennápolis que ainda no mesmo ano dá origem à Cidade de Rio Branco.

A disposição das matérias colocava em destaque o editorial e artigos de opinião, que ocupavam espaço privilegiado na primeira página (capa). Na sequência, na página 2 contém notícias, informes publicitários, ilustração e, por fim, informações sobre fatos do cotidiano, da sociedade além de anúncios.

O Jornal Folha do Acre possuía seções fixas e flutuantes. Inicialmente, o periódico apresenta Três seções fixas: “Notícias”, “Anúncios’ e os chamados “Ineditoriaes”.

Os artigos literários, Crônicas, Telegramas, “Indicações”, “Editaes” e a seção “Governo do Departamento” “Radiogramas Oficiais” eram os conteúdos flutuantes.

A seção ‘Notícias’ ocupava a maior parte do jornal. Bastante diversificada, subdividia-se em várias seções e traziam informações: policiais, religiosas – informações sobre datas comemorativas e eventos da Igreja Católica, comerciais, forenses, agrícolas. As “Sociais”, informavam sobre viagem, aniversários, eventos que envolviam pessoas importantes, autoridades da época. As “Prefeituras” davam publicidade aos atos administrativos do governo territorial, enquanto as “Bibliographicas” davam dicas de leitura para o leitor. Com menos frequência, eram veiculadas também notícias “Funebres”, “Ferroviárias”, “Fluviaes”, “Hyppicas”, “Militares” e “Postaes”, “Aduaneiras”, “Paulistas”, “Ministeriais”, “Hygiênicas”.

Os anúncios propagavam a prestação de serviços por profissionais liberais com médicos, dentistas, advogados, produtos de higiene, alimentos, máquinas industriais, hotéis, bares, mercado varejista. Quase sempre dispostos entre outras informações nas páginas 3 ou 4, por vezes, os anúncios ocupavam página inteira.

Os “Ineditorias” eram o espaço destinado às publicações de terceiros que divulgavam criação de empresas e protestos de particulares. A seção Governo Departamental dava publicidade aos atos oficiais do governo

Com características de propaganda testemunhal, a seção “Indicador”, como o próprio nome sugere, tinha o formato que mais conhecido atualmente como ‘classificados’. Recomendava ao leitor serviços de profissionais liberais como médicos, dentistas, advogados e estabelecimentos como farmácias, hotéis, botequins. Conforme anunciava a seção só ‘tinham direito às indicações inseridas nesta Secção os profissionais ou estabelecimentos que tiverem anúncio na Folha”.

“Editaes” era o espaço dedicado a publicações oficiais diversas como abertura de concorrências, dias e horários de audiências no Juizado de Direito da Comarca do Alto Acre e prazo pra Edificação.

O expediente trazia informações sobre a direção, chefia, dados de endereços, valor da assinatura e periodicidade. Nos arquivos da Hemeroteca Digital, alguns números não estão disponíveis. Ainda é assim é possível identificar que o jornal era publicado semanalmente.

Ao longo dos anos em que ficou em circulação, de 1910 a 1946, o jornal Folha do Acre passou por algumas mudanças, alterações essas que podem estar relacionadas a

processos políticos e administrativos no território. O Expediente, naturalmente, reflete essas mudanças.

Em sua primeira edição explicita:

Folha do Acre  
 Órgão dos Interesses do povo  
 (Propriedade de uma Associação  
 Impressa em Maquina Marinoni  
 E trabalhada em Oficina Propria  
 Diretor  
 Theophilo Maia  
 Redator- secretário  
 Nelson Noronha  
 Assignaturas  
 Por anno .....50\$000  
 Por semestre.....30\$000  
 Pagamento adiantado  
 Redacção e oficinas  
 Rua Olympio da Silveira (Folha do Acre, ed.1, p. 2,1910)

Na análise de Gramsci (1991) sobre a dinâmica dos movimentos inovadores, e neste aspecto, considerando a causa o contexto e a causa que defende é possível compreender a Folha do Acre, assim como os outros periódicos engajados que circularam no Brasil como instrumentos de um movimento inovador do ponto de vista de como se organizava e a causa que defendia. Nesse aspecto lembra o autor que:

Os impulsos inovadores que se verificam, que nem sempre são ( isto é, nem sempre têm consequências), mas nem por isso devem deixar de ser seguidos e controlados. No início porém, um movimento é sempre incerto, de futuro duvidosos etc.; será necessário esperar que ele adquiria toda sua força e consistência para que nos ocupemos dele? Tampouco é necessário que possua traços de coerência e riqueza intelectual: nem sempre são os movimento mais coerentes e intelectualmente ricos os que trunfam. ( GRAMSCI, 1991, p.165)

Inicialmente, o jornal disponibilizava aos seus leitores assinaturas anual e semestral, mediante pagamento adiantado. No primeiro ano de atividade faz menção a publicação de anúncios a ‘preços módicos’ (1911, p.1). a partir do ano de 1911, conforme anúncio publicado na Folha do Acre, na edição de número 29. Nas oficinas da Folha do Acre executa-se qualquer trabalho tipográfico por preços vantajosos para o público (1911, p.1). No mesmo ano, o periódico disponibiliza aos leitores serviços de Radiogramas. Um pouco mais tarde, já no ano de 1914, o jornal passa disponibilizar exemplares avulsos ao preço de 1\$000 (Mil Réis).

Era também no Expediente que constavam informações sobre o corpo diretivo do periódico. Criado pelo Tenente-coronel Theophilo Maia e pelo advogado, provisionado pelos Tribunais dos Estados do Pará e do Amazonas, Nelson Noronha, em 1911, um ano depois de sua fundação, o Expediente da edição de número 36 informava sobre a existência do

Redator Chefe, Gentil Norberto. A primeira grande mudança em setembro de 1911, quando em sua 50ª. edição, a Folha do Acre se apresenta como Órgão do Partido Construtor Acreano. No número seguinte o expediente é publicado.

Figura 2 - Frontispício Edição 50



Fonte: FOLHA DO ACRE (1911, ed. 50, p.1).

No expediente da mesma edição, observamos o jornal *Folha do Acre* se identifica como órgão do Partido Construtor Acreano.

Folha do Acre  
 Organ do Partido Constructor Acreano  
 Impressa em Machina Marinoni  
 Trabalhada em Officina Própria  
 Directorio do Partido:  
 Coronel Rodrigo de Carvalho, presidente  
 João Oliveira Rôla, vice-presidente  
 Silvino Coelho de Souza, 1º secretário  
 Francisco Cyprinano D'Oliveira, 2º secretário  
 Sebastião Francisco de Mello, tesoureiro  
 Joaquim Victor da Silva, director  
 Joaquim Domingos Carneiro, director  
 Antonio Vieira de Souza, director  
 Daniel Ferreira Lima, diretor  
 Redação e Officinas  
 Rua do Commercio (Pennapolis)  
 O directorio do Partido Constructor Acreano funciona no mesmo prédio  
 Endereço, Teleg. FOLHACE  
 Assignaturas  
 Por anno 50\$000  
 Por semestre 30\$000  
 Pagamento adiantado (Folha do Acre, ed. 50, p. 3, 1911).

Também é possível observar que no mesmo expediente, o endereço da oficina de impressão e os valores cobrados por assinaturas do periódico.

### 1.1 Mudanças na Gestão e Linha Editorial

A composição e o corpo editorial mais diversificado não era um fato isolado. A primeira transformação porque passou a Folha do Acre ocorre num período em que intelectuais começam a se reunir em grupo com o objetivo de defender seus interesses.

No início do século XX, movimento reformista desencadeado nas últimas décadas da centúria anterior, passa por uma fase de pausa, mas os seus efeitos, e a continuação do processo histórico, acrescentando outros efeitos, traduzem-se em alterações significativas. Entre elas, as que dizem respeito a formas novas de organização, correspondentes a exigências sociais que só agora surgem ou se definem com clareza. Uma delas é a que se relaciona com o meio estudantil. Nas agitações reformistas do século XIX, em que participaram, por vezes estão ativamente, os estudantes haviam organizado, no seu âmbito e fora dele, associações de diversos tipos mas todas de caráter circunstancial, voltadas para o problema do momento, organizações abolicionistas, organizações republicanas. (SODRÉ, 1999, P. 306).

Assim como aconteceu com os estudantes, aconteceria também com os jornalistas. Um movimento decorrente do próprio movimento da imprensa, da importância que passou a ter a partir do início da transição para uma fase industrial. “Atingida a etapa da grande imprensa, estabelecida esta em moldes capitalistas, surgiria necessariamente, a organização agora dos que nela trabalhavam, os profissionais, os jornalistas”. (SODRÉ, 1999, P. 307).

Considerando publicações disponíveis na HDB, entre os anos de 1910 e 1919, circulavam no Acre 8 periódicos.: *A Alvorada*; *A Reforma*; *Comércio do Acre*, órgão independente; *Folha do Acre*; *O alto Purús*: órgão oficial; *O Cruzeiro do Sul*, órgão do Departamento do Alto Juruá; *O Município*.

A Folha do Acre se autodeclarava ‘órgão do interesse do povo’. O jornal veiculava notícias, poesias, atos oficiais e conteúdo de cunho opinativo em favor do movimento autonomista e da formação de uma nova mentalidade que deveria o acreano incorporar, a da autonomia política e administrativa.

Ao anunciar a que veio, o jornal discorre sobre a necessidade de, em atendimento ao público que o recebe, informá-lo quanto aos seus objetivos e assumir o compromisso com a verdade. Tais questões são expostas em destaque logo na primeira edição:

Vamos assumir o nosso solene compromisso com tanta maior satisfação quanto é certo que aquelle que se propõe a fala com sinceridade e franqueza sem constrangimento e sem receios se sente num largo desafoço que o exalta e rejubila. Nós nos encontramos nestas condições. Não temos motivos para hypocrisia, é o nosso apanágio, a franqueza é o nosso lemma. (Folha do Acre E, p.1, 14 de agosto de 1910)

E segue o editorial a situar e descrever o leitor a que se destina o jornal.

Diante de nós se dilata um vasto e profundo horizonte onde brilham e scintillam as aspirações, as crenças e os ideais de todo um povo generoso e ativo cujos destinos infelizmente até agora não têm correspondido à grandeza de seus brios, à beleza encantadora e fertilidade assombrosa do sólo abençoado e querido que habita e que conquistou com heroico patriotismo que o distingue e o torna credor da mais respeitosa admiração e das mais dedicadas simpatias. Sob a perspectiva material o Acre se nos apresenta de uma grandeza que nos seduz e embevece; sob a perspectiva moral ele se nos revela de uma grandeza que nos emociona e arrebatá. Se são formosas as suas mattas virgens, se são deliciosos seus regatos, se são preciosos os seus produtos naturais, finalmente no seu conjunto a natureza se esmerou em dotá-lo com o que possui de mais caprichoso, rico, não menos formoso é o espetáculo moral é o espectáculo moral que nos oferecem a abnegação, o trabalho, perseverante, o amor, e a coragem dos seus filhos que o extremecem num devotamento capaz de todos os martyrios (FOLHA DO ACRE, ed nº1 p. 1, 14 de agosto de 1910).

E antes que se finde o texto, na exaltação ao povo, a reflexão quanto a resposta do poder público vigente aos anseios da população no território, o jornal *Folha do Acre* (1910) apresenta o acreano como “povo atirado desapiedadamente ao abandono dos poderes públicos que o deviam auxiliar”(1910,p.1)

Questiona o jornal o que tem feito a república para a região. Aponta o periódico que aos poderes constituintes da época só interessaria mesmo o que no local era produzido sem, contudo, dar a devida importância às necessidades relacionadas à economia, ao desenvolvimento e educação no Território. O jornal se posiciona como meio a serviço da população para suas reivindicações. Nesse sentido afirma que:

trabalharemos a seu lado intransigentemente, fazendo ecoar bem alto suas reclamações, a voz vibrante das suas reivindicações. Acatando os poderes constituídos lhes exigiremos que cumpram seu dever” (Folha do Acre, p. 1, 14 de agosto de 1910).

Assumindo seu papel político, o jornal *Folha do Acre*, em seu editorial, afirma ainda que:

Somos políticos, mas a nossa é a política larga, desinteressada e espontânea que só visa o interesse comum, o bem da coletividade, promovendo em seu seio a paz e a



concordia, de educar a família sob os princípios da civilização, da comunhão, protege-las e ampará-las. Eis uma das nossas mais melindrosas preocupações. Eis em synthese a que vimos nesta luminosa arena onde refulgem as armas dos briosos lutadores que trocam o gladio pela pena e destreza física pelo valor da prase expressiva Resta-nos que todos os acreanos nos auxiliem nesta difícil tarefa (FOLHA DO ACRE, p.1, 14 de agosto de 1910).

Importante ressaltar que no início do século XX, na maioria dos Estados brasileiros, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a industrial. Eram raros os que tinham estrutura de empresa. Ainda assim, conforme explicita Sodré, “a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis que desembocam, quase sempre mais vulgar” (1999, p. 324).

Ainda na obra de SODRÉ (1999), é possível perceber como já se materializavam as disputas. “No Ceará por exemplo, sobre o domínio da oligarquia Acioli, o jornal do governo, *A República* agredia os elementos da oposição enquanto no *Unitario*, de João Brígido, que combatia o governo local tudo se marcava pelo espírito mordaz”.

Ainda na primeira edição do periódico, no artigo *A Autonomia do Acre* faz a marcação do discurso autonomista dando conta do movimento em torno da autonomia do território na cidade no Departamentos do Alto Juruá e do Alto Purus, enfatizando o protagonismo de um dos defensores do movimento, o Coronel Antonio Antunes Alencar<sup>6</sup>, bem como apresenta informações recentes do Movimento, como a repercussão positiva da notícia dos acontecimentos autonomistas na cidade de Xapuri. O conteúdo revela descaso do Governo Federal em relação aos anseios da população, a dificuldade dos autonomistas em lograr êxito e disposição dos editores da Folha do Acre em fazer ecoar a voz do povo.

Ao longo da edição, traços marcantes dos princípios liberais que inspiram o ideal republicano.

A Folha do Acre é o órgão das aspirações e dos ideais do povo acreano. É o espelho límpido em que se reflectirão todas as suas necessidades, é intérprete fiel de suas alegrias de suas mágoas. Por estas colunas defenderemos a sua cauza punaremos pelo seu progresso, pela sua liberdade, pelo seu engrandecimento material, moral e intelectual”(...). “temos procurado por todos os meios conciliadores ao nosso alcance conseguir que nos concedam aquillo que temo sinconusso direito quer dentro dos moldes liberaes nossa Constituição, quer dentro das leis naturaes- a nossa liberdade. (FOLHA DO ACRE, p.1, 14 de agosto de 1910).

---

<sup>6</sup> Primeiro prefeito do Departamento do Tarauacá pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Em 1910, quando ocorreu a chamada Revolta dos 100 dias na capital do Departamento do Alto Juruá, o Coronel Antunes foi aclamado Governador do Estado do Acre pelos membros do partido autonomista. (SÁ, ps. 76 e 77)

Desde o seu primeiro número, por várias vezes o periódico invoca o direito à liberdade e a defesa dos interesses da coletividade, ficando expresso no texto quando assim se manifesta:

o povo tem o direito de luta pela sua liberdade, principalmente o povo acreano, que conquistou esta zona à cobiça estrangeira, à custa de muito sangue e com o sacrifício de vidas, fortunas, conforto. (FOLHA DO ACRE, p. 1, 14 de agosto de 1910).

Declarando amor à pátria, ressalta o autor do editorial, o desejo, a necessidade de conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Amamos nossa pátria extremecemol-a, queremosol-a grande e respeitada. Mas para isso queremos prestar-lhe não só concurso material, mas também nosso contingente moral e intelectual, queremos enfim, trabalhar como homens livres nunca como uns escravizados de quem se exige todo o trabalho, a quem se impõe todas obrigações, mas a quem não se concede prerrogativas e os direitos decorrentes do cumprimento dessas obrigações. (Folha do Acre, 14 de agosto de 1910).

Um ano depois passam a integrar a direção do jornal, o coronel Joaquim Victor da Silva, Daniel Ferreira Lima, o coronel Domingos ‘Caetano P. Leitão e Newtel Newton Maia. No ano de 1915 assumem a direção, o Doutor Matinho Pinto e o Tenente coronel Nelson Noronha. O tenente João Rodrigues Sandes era o administrador técnico. Àquele momento a Folha disponibiliza aos leitores a venda de números avulso a 1\$000 (Mio Réis).

Folha do Acre  
 Redacção, Administração e oficinas  
 Praça tavares de Lyra S/N  
 Directores  
 Dr. Martinho Pinto e tenente - coronel Nelson Noronha  
 Administrador tecnico ;  
 Tentene João Rodrigues Sandes  
 Endereço teleg. FOLHACRE  
 Assignaturas  
 Por anno.....50\$000  
 Por semmmestre....30\$000  
 Numero avulso.....1\$000  
 Pagamento adiantado  
 As publicações de interesse particular na secção  
 De inneditoriaes e de editaes, annuncios etc., devem ser pagas  
 Também adiantadamente sob pena de não serem feitas

Ainda em 1915, na condição de ‘Organ do Partido Constructor Acreano’, o Expediente da edição 203 informa o leitor que “todos os negócios e assumptos de ser referentes à administração e Redacção devem ser tratados exclusivamente com os seus

diretores” (1915, p.1). Dias depois, na edição de número 209, a Folha do Acre informa sobre a venda de números atrasados.

Folha do Acre  
 Organ do Partido Constructor Acreano  
 Gerente, Pedro A. Chaves  
 Ad. das officinas, João Sandres  
 Praça Tavares de Lyra  
 End. Teleg. FOLHACRE  
 As publicações de interesse particular na secção de ineditoriaes, e de editaes, anuncios, etc., devem ser pagas adiantadamente.  
 Assignaturas  
 Por ano .....30\$000  
 Por semestre..... 20\$000  
 Numeros do dia..... 1\$000  
 Numero atrasado.....2\$000  
 De annos anteriores..5\$000  
 Pagamento adiantado  
 As assignaturas começam em qualquer tempo e terminam sempre em 30 de junho ou 31 de dezembro ( Folha do Acre, ed. 209, p. 2, 1917).

Um pouco mais tarde, em 1920, com redação instalada à Rua Cunha Mattos, sob a direção de Antônio Ferreira Brazil, a Folha do Acre disponibiliza exemplares avulsos e edições anteriores a preços menores que os praticados anteriormente.

Folha do Acre  
 Orgão do Partido Constructor Acreano  
 Diretor  
 A. Ferreira Brazil  
 Redacção, Adminnistração e oficinas:  
 Rua Cunha Mattos  
 Endereço telegráfico: FOLHACRE  
 Assignaturas  
 Por anno .....30\$000  
 Por semestre .....20\$000  
 Número do dia .....\$500  
 De annos anteriores.....3\$000  
 Pagamento adiantado  
 As assignaturas começam e terminam a qualquer tempo (Folha do Acre, ed. 294, p. 2, 1920).

Em janeiro de 1921, ainda sob a direção de Antonio Ferreira Brazil a Folha do Acre declara-se “jornal político e noticioso” (1921. Edição 341. P.2). Em setembro do mesmo ano, a partir da unificação do Território e extinção do Partido Reconstructor, a Edição B 374, de 1921 informa sobre o ato solene de criação do Partido Evolucionista o jornal passa então a se constituir em um órgão do partido recém criado.

Folha do Acre

Órgão do Partido Evolucionista  
 Redação, Administração e oficinas  
 Rua Cunham Mattos  
 Endereço telegráfico: FOLHACRE

Diretor  
 Paulino Pedreira

Assignaturas:  
 Por anno .....30\$000  
 Por semestre .....20\$000  
 Numero do dia..... \$500  
 Numero atrasado..... 1\$000  
 De anos anteriores.....3\$000

Pagamento adiantado

As publicações de interesse particular deverão ser pagas adiantadamente

As assignaturas começam a terminam a qualquer tempo. (Folha do Acre, ed. B374, p.2,1921).

Cinco anos depois, em janeiro de 1926, o gerente proprietário da Folha do Acre era Servato do Amaral. À frente da direção estava o doutor Flávio Baptista. Ainda no mesmo ano, quatro meses depois, no momento que o jornal identifica como ‘Segunda fase’ do ‘Jornal político e noticioso’ (1926, p.1) o Expediente apresentava a Folha do Acre como jornal particular, o único a circular em três municípios do Território do Acre: Rio Branco, Xapuri e Purus. (Folha do Acre, n.523, p.1, 1926)

No último ano de sua circulação, em 1946, sob o comando de Wilson Aguiar, a Folha do Acre declara-se ‘periódico independente – porta voz das aspirações coletivas’ (1946, p.1). Informações expressas no frontispício anunciam a nova fase do jornal.

Figura 3 - Frontispício edição 65



Fonte: FOLHA DO ACRE (1946, ed. 65, p.1)

## CAPÍTULO 2 - VELHA REPÚBLICA E A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

A partir da proclamação da República, em 1889, origina-se o processo de modernização com vistas a mudanças nos níveis político, econômico e social do país. A modernização implicava romper com as bases do Império e promover o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, tendo como base o que ocorria nos grandes centros europeus. Tomando a cidade do Rio de Janeiro, à época, a capital federal, como pano de fundo, José Murilo de Carvalho, (1987), reconta em *Os bestializados* como ocorreram essas mudanças e como a população reagiu a esse processo. Na opinião do autor “a república que não era cidade, não tinha cidadão”. “O povo não se enquadrava nos padrões europeus”.

Em termos do sistema político formal, Couty e Raul Pompéia tinha razão: O Rio não tinha povo. O povo do Rio, quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais através de greves políticas de arruaças, de quebra-quebras. Ou mesmo de movimento de natureza quase revolucionária como a revolta da vacina<sup>7</sup>. Mas a maior parte do tempo dedicava suas energias participativas e sua capacidade de organização a outras atividades. (CARVALHO, 1987)

É nesse contexto que começa o processo de ocupação do Acre, na região Norte do Brasil. A abundância da seringueira e o início do primeiro ciclo de produção da borracha constituem elementos propulsores da ocupação da área do território por colonos brasileiros no ano de 1952, imigração essa que a partir e abril de 1877, atingiu grandes proporções.

Embora ocupado por brasileiros, de acordo com o tratado internacional de Ayacucho, assinado em 1867, o Acre era território boliviano, sendo alvo de disputa entre Brasil e Bolívia até o ano de 1903 quando, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, foi oficialmente anexado ao Brasil.

Pela ótica da história positivista a movimento autonomista iniciou com a “Revolução Acreana”. Entretanto, há quem considere a revolução uma guerra com o fim de ampliar limites para a expansão industrial.

A luta que se desenvolve para a anexação do Acre ao território brasileiro se configura em uma guerra de fronteiras por limites, e não uma revolução a qual

---

<sup>7</sup> Insurreição popular ocorrida no Rio de Janeiro no início do século XX. A **revolta** ocorreu como uma reação popular à campanha da vacinação obrigatória, posta em prática pelo sanitarista Oswaldo Cruz.

envolveu o Brasil, a Bolívia e o Peru num contexto mundial marcado pela expansão da industrialização e a busca por mercados fornecedores de borracha para atender as necessidades da indústria europeia e norte-americana gerando a inserção do Acre na economia-mundo. (BEZERRA,2005,p.65)

No ano de 1904, atendendo disposições do Tratado de Petrópolis, o então presidente Rodrigues Alves sanciona a lei que cria o Território Federal do Acre, o primeiro do país, dividindo-o em três departamentos: o do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá, que mais tarde seria desmembrado para formar o departamento do Alto Tarauacá. Os departamentos eram administrados por prefeitos designados pelo Presidente da República.

Todavia, o processo de anexação não implicou em autonomia. Ainda que tivesse garantida a liberdade administrativa, o Território Federal do Acre haveria muito ainda que caminhar até alcançar a tão emancipação política. Um caminho marcado por inúmeros conflitos e reivindicações políticas (Sá, 2017).

Para CARNEIRO (2016), a condição do território foi a mola propulsora que fez eclodir o movimento autonomista. Foi justamente no momento em que a oligarquia se deu conta da dependência da federação e o quão longe estava da liberdade política que emanaram as questões relacionadas ao movimento. Pondera o autor que o objetivo da “Revolução Acreana foi a anexação do território do Acre ao Amazonas e não torná-lo um estado da federação.

O Movimento autonomista Acriano teve origem quando o Acre foi ‘rebaixado’ à categoria de Território administrado diretamente pelo Governo Federal pelo Decreto presidencial Nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. No entanto, os próprios autonomistas divulgaram a ideia de que o movimento teve início com a Revolução Acriana. Isso servia como instrumento de convencimento afinal o “povo” que supostamente arriscou a vida “por amor ao Brasil” deveria ser premiado com um Estado. Seria uma obrigação do Governo federal reparar essa injustiça contra os “únicos brasileiros por opção”. (CARNEIRO,2016)

A partir do momento em que a borracha produzida no Acre ganha os mercados europeu e americano, o território passa a ocupar lugar de destaque na exportação internacional experimentando momento de grande prosperidade. Em menos de uma década, o território contava com mais de 50.000 habitantes. É a partir de então que a população começa a se organizar em torno da defesa da elevação do Território a Estado.

Contudo, é pouco provável que tal movimento tenha iniciado com um dia ou acontecimento específico mas, isto sim, tenha sido consequência de um conjunto de fatores que incluem mudança de valores, ações coordenadas por atores sociais que não estariam isentos de agir em seu próprio favor, influenciando toda uma sociedade.

Conforme afirma Bezerra (2005) o movimento autonomista se desenvolveu num universo marcado pela luta do poder local para se firmar frente ao poder central.

A luta que se desenvolveu para a anexação ao território brasileiro se configura uma guerra de fronteiras por limites, e não uma revolução, a qual envolveu o Brasil, a Bolívia e o Peru num contexto mundial marcado pela expansão da industrialização e a busca por mercados fornecedores de borracha para atender as necessidades da indústria europeia e norte-americana gerando a inserção do Acre na economia-mundo. (BEZERRA, 2005, p. 65).

O processo interrompido com a anexação do território do Acre ao Brasil não garantiu a autonomia, após a anexação, o território federal do Acre conquistou autonomia administrativa mas estava ainda longe de conquistar a autonomia política.

A falta de autonomia política e econômica, o isolamento, culminaram com a insatisfação da população que passou a reivindicar a elevação do Território a Estado. A organização popular ficou conhecida como Movimento Autonomista que existiu em todo o território. Era formado por várias organizações, entre elas, Partido Autonomista do Alto Acre; Partido Autonomista do Alto Juruá; Clube Político 24 de Janeiro de Xapuri; Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus e no Alto Acre, partido Evolucionista de Rio Branco, Comitê Pró-Autonomista em Rio Branco; Legião Autonomista Acreana, em Rio Branco e demais municípios e Comitê Pró-autonomista do Acre, em Rio Branco. Formado por pessoas da classe dominante que moravam no Acre, o Movimento Autonomista Acreano contou com o apoio de pessoas em outros Estados do Brasil<sup>8</sup>.

No momento em que prosperava a imprensa periódica - entre 1904 e 1946 - chama a atenção a quantidade de jornais em circulação àquele período em que foram publicados mais de 30 jornais em território acreano<sup>9</sup> - o impresso foi importante meio para anúncio da política e difusão dos ideais Autonomistas. Entre esses periódicos estava o jornal *Folha do Acre*, criado em 1910.

Em que pese o caráter autônomo e independente, ainda que em menor destaque, como era comum entre os periódicos do período, a *Folha do Acre* também dava conta de atos oficiais, informando sobre decretos, nomeações, pagamentos, inaugurações de órgãos

<sup>8</sup> BEZERRA, Maria José. Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social ...p. 68 São Paulo. USP. 383 f. Tese (Doutorado em História social) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP.

<sup>9</sup> Parte desses periódicos pode ser acessado através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cf. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

públicos, conteúdos que aparecem na página 3 da segunda Edição publicada em 21 de agosto de 1910.

O sr. Dr. Leonidas de Melo, Prefeito desse Departamento, receberá todos os dias uteis, de 1 as 3 horas da tarde, todos que o forem procurar a objeto de serviço. Foi exonerado, a seu pedido, do cargo de escrivão da delegacia de Porto Acre, o sr. Oscar Vieira Mello. (FOLHA DO ACRE, n. 2, p. 3, 1910)

Admitindo-se o conteúdo veiculado é possível considerar como hipótese que, ao manter a publicação de conteúdos que propagam o ideal autonomista sem deixar de dar conta dos atos oficiais, o jornal garante espaço para propagação do ideal proposto pela sua linha editorial bem como corrobora para a circulação da informação oficial.

Conforme explicita Dantas (2011), as falas provenientes do Governo encontram assim o espaço necessário para serem lidas como anúncio do novo, da possibilidade de que o Território se integre ao desenvolvimento que o país vivencia no que tange a educação, organização administrativa e política. Acrescente-se ainda que, a partir da leitura, constituem-se redes de saberes, conformam-se comportamentos, constituem-se práticas culturais.

Vale ressaltar ainda que a disposição das matérias não é aleatória. A maneira como o editor dispõe informações e seções forma o “fio condutor” que conduz a leitura conforme grau de importância e impacto desejado pelo autor.

O discurso do Jornal a Folha do Acre constitui-se a partir de uma hegemonia que estabelece os termos do debate. O texto enriquecido pelo contexto compõe uma intertextualidade que dá peso e força ao discurso. Tais considerações corroboram com o que afirma Fairclough (2011).

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem; diferentes discursos constituem entidades-chave, de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (...) diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. Os discursos constituem-se texto, prática e prática social. Como prática ideológica constitui, naturaliza mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001 p. 94, Apud Shiroma).

No decorrer da pesquisa, ao aplicar o filtro ‘autonomia’ a base de dados da HD apresenta o registro de 150 ocorrências.

Já na primeira edição, o artigo *A Autonomia do Acre* situa o leitor e atualiza as informações acerca do movimento no Território.

A Viagem do coronel Antunes de Alencar ao Rio de Janeiro. - O movimento autonomista nos departamentos do Alto Juruá e do alto Purus. – A atitude daquelle



prestigioso e eminente chefe político em face desses acontecimentos. – As promessas do Governo da república. – Notas e informações diversas. (Folha do Acre, Ed. 1, p.1, 1910).

Ao iniciar o artigo, destaca o editor o longo período – até aquele momento cerca de 10 anos, de luta em prol autonomia do Acre do Acre, da luta pela “reabilitação do Acre” alertando contundo para o insucesso das reivindicações frente ao Governo da república. A disposição das informações no corpo do texto, dando conta da evolução do movimento nos diferentes departamentos soa como estratégia para demonstrar resistência e unidade.

Todavia, essa indiferença não arrefece o animo viril do nosso povo, cioso das suas prerrogativas; não lhe amortece a denodadas coragem, não lhe faz perder a fé e a esperança nos bons destinos do torrão que ama e extremece, e certamente está fadado para um futuro afortunado. Ao contrário, dia a dia, cresce o entusiasmo, explodindo com tanto maior intensidade quanto mais demorada se torna a realização do seu ideal, quanto mais prolongado se faz o seu suplicio. (Folha doo Acre, ed.1,p.1,1910).

E ao ressaltar a disposição do movimento, de acordo com o artigo, no Departamento do Juruá, iniciou em 01 de junho de 1910, completa a informação em torno do que acontece nos departamentos acreanos.

No intuito de prestarmos aos nossos leitores as mais amplas informações sobre o movimento autonomista que nesse departamento se levantou no dia 1 de junho último, extrahimos os seguintes tópicos da longa e circunstanciada noticia que a respeito estampou o nosso ilustre colega O Cruzeiro do *Sul*, sentindo não podermos reproduzir na íntegra, atendendo à absoluta falta de espaço em nossa folha. Há muito que os habitantes do Alto Juruá anciavam a sua libertação do regime prefetural que não retribuía de nenhum modo suas aspirações de liberdade. (Folha do Acre, Ed.1, p.1,1910)

De acordo com o artigo, para os líderes do movimento naquele departamento, a nomeação do coronel João Cordeiro<sup>10</sup> para prefeito do Alto Juruá concorreria para a convicção popular de que, conforme acenava o Governo, a autonomia não era mesmo possível. Tal estratégia, porém, não contou com respaldo da população, que onerada pela alta carga de imposto, vendo que a verba repassada pelo governo à prefeitura era insuficiente e percebendo a instrução pública ameaçada pela redução dos salários dos professores continuou resistindo. Conforme rela a Folha do Acre, (1910 p. 1)) “com recurso supremo foi decidida a

---

<sup>10</sup> O Coronel João Cordeiro foi nomeado Prefeito do Departamento do Alto Juruá em 09/05/1910, permanecendo no cargo até o ano seguinte, quando assume o cargo o Coronel Pedro Avelino. Cf. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – A Cidade e a História – vol I. Coleção Revista de História. anpuh.org.br

proclamação da autonomia do Território do Acre”. O movimento ganhou força com a chegada do chefe do partido Autonomista, coronel Francisco Freire de Carvalho ao Juruá, no dia 29 de julho de 1910, ocasião em que foi ovacionado pelo povo.

Na edição de número 2, publicada no dia 21 de agosto de 1910, a folha do Acre enfatiza a evolução do movimento autonomista.

Pouco a pouco vai ganhando terreno na consciência popular uma opinião que era de poucos, uma ideia que era de uma elite”, afirma o periódico ao abrir a edição com o artigo “*Força Invisível*”. Como argumento para reforçar a ideia de crescimento cita a ascensão do cristianismo, o ideal dos enciclopedistas e a independência do Brasil, a libertação dos escravos e a própria República. A matéria destaca ainda a dificuldade das massas em perceber e aceitar o novo, e ônus normalmente imposto aos que ousam mudar o “status quo”. “Os iniciados da nova cauzam, os apóstolos da nova ideia pagam bem caro o privilegio de serem os primeiros”. (Folha do Acre, n.2, p. 3, 1910).

A mesma edição dá conta do momento de efervescência porque passa Acre. A informação acerca da repercussão das notícias do movimento autonomista, do sucesso do movimento no Juruá e das mensagens do governo departamental à nação e á imprensa endossam a propagação de um movimento vencedor. “O governo da República sabe perfeitamente que a vontade de um povo não conhece diques”, afirma a matéria.

Não é de hoje que o governo da república tem ouvido os clamores dos nossos direitos conculcados, o brado da nossa revolta contra a sua indiferença no que diz respeito aos interesses acreanos. Como única resposta aos nossos reclamos os poderes, públicos do alto da cathedra governamental, ou nos exclamam o eterno *Esperem!* Ou nos ameaçam com o terror vermelho das suas armas. Não estamos mais dispostos a aceitar quer uma, quer outra das soluções que nos offerecem. E em nome dos brios da nação, em nome do direito e da razão- Justiça! (Folha do Acre, n.2, p. 3, 1910).

Para além do discurso de quem fala em novo do povo, os dados do governo sobre arrecadação e distribuição de renda reforçam da ideia de que de havia de fato uma injustiça que precisava ser reparada. Conforme revela a matéria, de 1906 a 1909, a arrecadação do departamento superaria 85 mil contos. Cada Prefeitura recebia anualmente, 400 contos de reis, segundo o governo do departamento, valor que não custearia nem mesmo as despesas administrativas. Chama o governo ainda a atenção para o “filhotismo prefetural” e improbidade fiscal e administrativa no âmbito do judiciário local.

Dirigindo-se aos leitores do Folha do Acre, a Junta Governativa composta por Francisco Freire de Carvalho, João Bussons e Mâncio Lima informam:

O povo do Juruá, pois desde hoje se considera no gozo pleno de sua autonomia e mantê-la-á custe o que custar. Ao julgamento do Brasil entregamo-nos confiadamente. Temos a certeza de que esse julgamento será a nosso favor. Se todos os brasileiros são iguais perante a Lei, não deve haver exceção para os 120.000 homens que habitam as terras acreanas; se a nossa capacidade produtiva nos coloca acima dos 19 Estados da Federação, não se nos deve recusar o direito de termos melhoramentos proporcionais a nossa riqueza.

E se o Governo, cerrando os ouvidos ao julgamento nacional, pretender impedir esse grande movimento de liberdade, que sobre ele recaia a responsabilidade do que acontecer; que o sangue que se derramar, fique como um stigma eterno na história de nossa nacionalidade.

Viva a República!

Viva o Estado do Acre!

Viva o Juruá!

Cruzeiro do Sul, 1 de julho de 1910

A Junta Governativa (Folha do Acre, n. 2, p. 2, 1910).

Na mesma edição, a divulgação dos telegramas enviados ao governo da República informa sobre a proclamação da autonomia do Território do Acre no Juruá com a consequente destituição do prefeito João Cordeiro e aclamação do Governador Antunes Alencar. Os autonomistas resolvem comunicar a todos quantos podiam interessar a decisão tomada no Alto Juruá, relativamente a decretação da autonomia do território acreano.

A junta governativa enviou telegramas ao Presidente de República, aos ministros da Justiça, Viação, Exterior, Agricultura, Fazenda, Guerra e Marinha. Do mesmo modo fez comunicar a decisão do Juruá a todos os governadores dos estados brasileiros e aos jornais O Paiz, Comércio, Correio da Noite, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta Notícias, Tribuna, Notícia, Folha Dia e Jornal Notícias. Agrega-se a esse conjunto de destinatários, os que acreditavam estarem comprometidos com a causa da autonomia acreana, ou poderiam, de algum modo, contribuir positivamente para o pleito apresentado pelos autonomistas, respectivamente os senadores Pinheiro Machado Roza e Silva e Lauro Sodré, os deputados J. J. Seabra, Justiniano Serpa, Barbosa Lima, Pedro Moacir, Bancada Cearense, Bancada Paraense e General Thaumaturgo.

O reforço a ideia autonomista é visto em várias ações cotidianas. Um exemplo são as notícias que dão conta das corridas a se realizar no hipódromo da cidade de Rio Branco. Ao que se supõe, essas animadas corridas pareciam dar leveza à luta em favor do anseio popular. Nos informes das notícias *Hippicas*, os páreos eram identificados pelos nomes dos atores pró autonomia.

Em homenagem á imprensa realizam se hoje á tarde, nesta cidade, animadas corridas de cavallos, cujo programma reproduzimos em seguida:

Primeiro pareo:- FOLHA DO ACRE – Premio, 1000\$000- Bemtivi- Anacleto Monte; Empreza- A.Soaes.

Segundo pareo: - CIDADE DA EMPREZA- premio 1000\$000- BONECA, THEOPHILO Maia; Destroyer, Annibal de Souza.

Terceiro pareo- AUTONOMIA DO ACRE- premio60\$000- Paulista, A. Soares; Rapadura, N. Maia & Ca. ; puquoi Pas?., Anacleto Monte.

Quarto Pareo: - COMPANHIA REGIONAL – Premio 50\$000- Bem bom, M. Pereira Vianna; Panificação, Maia, Porto e Ca. ; Esfolla, Anibal de Souza.

Quinto pareo;- CORONEL ALENCAR- Premio 2000\$000 – Guerany, Hippolito Moreira; Gira Sol, Muricy. (Folha do Acre, Ed.2, p.3, 1910).

Sob o argumento de que a República precisava progredir e que seu progresso dependia do “patriotismo, do critério dos seus servidores”, a Folha do Acre reforça a ideia de que a concessão da autonomia do Acre seria um ato de justiça em benefício da pátria

A 4ª. Edição veiculada em 20 de setembro de 1910, em novo artigo *Autonomia do Acre*, o jornal dos trabalhos no congresso em prol da autonomia, da disposição do governo federal em atende a reivindicação do departamento a opinião da imprensa sobre um assunto. Em reunião com o ministro do exterior, Barão do Rio Branco e o ministro da justiça, Esmeraldino Bandeira, o presidente da República, Nilo Peçanha havia então sinalizado a disposição em atender em atender à solicitação dos cidadãos acreanos. Neste sentido informa ainda o artigo:

O Congresso Nacional tratava de tratava de apressar a discussão e aprovação do projeto de autonomia, ampliando-o de modo a attender tanto quanto possível as aspirações dos acreanos” (Folha do Acre, n. 4, 1910).

A causa contava com o apoio do deputado Justiniano Serpa e a simpatia da imprensa carioca e de outros estados, informando sobre a articulação em torno da autonomia, contribuía para dar eco à voz da autonomia.

O prenúncio de uma resposta positiva à autonomia parece soar como deixa para uma nova articulação; a que definia a sede administrativa do no estado. Neste sentido no artigo intitulado *A Futura Capital*, a Folha do Acre aponta a união entre os departamentos do Território como único caminho para a unificação do Acre. Assinado por Euzebio de Queiroz, membro do “Club 24 de janeiro”, o texto deixa transparecer a intenção de fixar a ideia de unidade.

Não deixemos, para a honra do Acre e bom nome de nosso credito político, que se divulgue que não chegamos a um accôrdo quanto á escolha da futura capital. Pouco nos importe que ella seja à margem deste ou daquelle rio, comtanto que seja no Acre que o governo seja criado, apoiado, mantido por todo o Acre. A assembleia constituinte do estado, quando, quando tiver de tratar desse assumpto, deve estar em rigorosa isenção de ânimo: deve ter em vista tão sómente as vantagens para a administração, a facilidade de comunicação com a Capital federal, as boas condições de salubridade e edificabilidade e mais predicados que tornem um dado ponto do território acreano preferível aos outros para esse fim, sem que seja influenciada de

qualquer forma por considerações, ou *sympathia logareiras*. O bairrismo do campanário tem de ser banido do Acre, onde tudo há de ser grande (Folha do Acre, Ed. 4, p. 1, 1910).

As notícias dando conta da movimentação e repercussão, manifestações de apreço ao movimento autonomista corroboram para a construção da imagem de uma ideia – a de autonomia do Acre, vencedora. Na reprodução do trecho da entrevista concedida pelo coronel Antunes de Alencar a Agência Americana, a quem a agência internacional chama de chefe da revolução acreana<sup>11</sup>, a *Folha do Acre* fala aos seus leitores sobre a viagem do coronel Antunes de Alencar ao Rio de Janeiro para propor alterações ao projeto Serpa e das manifestações de apoio recebidas nos locais por onde passou ao longo da viagem. De acordo com a matéria a causa contava com a simpatia de Manaus, do Pará, onde foi recebido as saudações do intendente, o senador Antonio Lemos e em Fortaleza onde se reuniu autoridades e comerciantes e imprensa.

À oportunidade Antunes de Alencar aponta os fatores que levaram à proclamação da autonomia. Em virtude da nomeação de novos prefeitos e prevendo que o projeto Serpa não fosse à apreciação do congresso no ano corrente, os acreanos decidiram proclamar a independência do território. Embora reconhecendo a possibilidade de revolução armada, o discurso foi em defesa de um movimento pacífico.

Sobre a possibilidade de os revolucionários enfrentarem as forças da lei, disse Antunes à agência internacional:

Estou convencido que nada há a recear em vista da segurança dada pelo governo, de que trataria de apressar o reconhecimento da autonomia pelos altos corpos da Republica. Si, porém, a luta a se encetasse, pode ficar ser certo de que os acreanos não seriam facilmente vencidos, visto que quando foi da Bolívia resistimos um anno, por vezes alcançando vitorias e então não estávamos preparados. Agora é differente. Nada nos falta e seria insensato suppor que que deporíamos armas logo que desembarcassem os soldados federaes (...)

(...) Estou completamente convencido as boa fé e lealdade do governo, como tenho igual confiança no patriotismo e dedicação dos meus amigos, esperando que tudo terminará em paz, conforme o lemma que norteia a política actual do chefe de Estado, dr. Nilo Peçanha (Folha do Acre, ed.4,p.2, 1910).

Embora as crescentes manifestações de apoio, nem todas as vozes uníssonas ao tempo em que destaca o artigo d jornal Tribuna, de Santos, favorável ao movimento autonomista (FOLHA ed. 7) e trabalho do Correio da Noite como ferrenho defensor da causa acreana na República, em sua 6ª. Edição publicada no dia 16 de outubro de 1910, a Folha do

---

<sup>11</sup> Cf. Folha do Acre, n. 4, 1910

Acre se contrapõe à iniciativa do Correio do Acre, em movimento contrário estaria se contrapondo aos ideias autonomistas então defendidos pela folha do Acre.

Para uma atitude que classifica como deplorável, destaca o periódico:

Ora, negar ao povo acreano os predicados Moraes, intellectuaes e materiaes que elle possui como um patrimonio conquistado a pezo do heroismo e abnegação, e negal-os para satisfazer paixões e para satisfazer ambições inconfessáveis, é realmente uma audácia, senão uma afronta, um crime.(FOLHA DO ACRE, ed.6,p.2, 1910).

Ante os impasses, na mesma edição, a seção de notícias de Porto Acre anuncia a espera ansiosa da população pela autonomia do Território. Em meio ao discurso pro autonomia, “impatriotismo”, “egoísmo” e “incapacidade”, “indiferença”, surgem como termos capazes de explicar movimento contrários à autonomia.

Nesse título se inscrevem os que só querem borracha, só pretendem proveitos, sem se preocuparem do futuro desta terra que viu passar o melhor de sua mocidade, o mais longo de sua vida de labores e, muito possível, terá de guardar seus ossos; os que resumem suas opiniões políticas declarando que a autonomia não fará com que a seringueira dê mais leite; os que, muito ao invés de trabalhar pelo progresso do Acre, só veem no seu desenvolvimento político – perigos e prejuízo; os que vivem exclusivamente ocupados do seu estreito bem-estar, sem se incomodarem que o mundo role assim, ou às avessas. Os que, finalmente, por methodo, por systema, por maneira de ser, se esforçam em agradar, às vezes com exagero, todos os que se desatacam, por seu prestígio, ou pela função que representam, os quase (todos elles, por via de duvidas) lhes podem ser uteis, fazendo-lhes favores, ou livrando-os de possiveis entaladelas ( Folha do Acre, n.8,p.1,1910).

Embora já declarado intento de a autonomia fosse alcançada de forma pacífica, a 13ª Edição da Folha do Acre traz em destaque a notícia de conflito armado e deposição da Junta Governativa no Juruá. Sob o comando do capitão Fernando Guapindaya, as forças federais contavam então com 37 soldados e 10 paisanos empregados da Mesa de Rendas. Pela Junta Governativa estavam 60 oficiais e 30 soldados. O combate durou 8 horas. Com as forças regionais saindo ilesas, 4 mortos e vários feridos foi o saldo da batalha.

Acalmados os ânimos foi lavrada um acta em duplicata de capitulação, que foi assinada pelo coronel Freire de Carvalho e o capitão Fernando Guapindaya, sendo recolhidos ao deposito militar da Prefeitura cunhetes de cartuchos embalados e 286 armas. Após isso assumiu o governo da mesma Prefeitura o subprefeito Teixeira da Costa, que deu horas depois, parte de doente, assumindo o exercício do seu cargo o capitão Fernando Guapindaya. (Folha do Acre, nº 13 página.1 Ano 1910).

Não obstante, seguiu o movimento em defesa da autonomia. Na primeira edição do ano de 1911, a *Folha do Acre* renova o discurso. Avalia o ano anterior como um momento promissor em que o movimento em torno da autonomia do Acre se desenvolveu positivamente rumo a uma nova fase, opinião endossada pelo jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, conforme artigo publicado no dia 08 de janeiro do mesmo ano, prenunciando desenrolar favorável à causa autonomista, apontando ainda o coronel Alencar como peça fundamental para consolidação da nova política em torno da autonomia do território acreano.

Essa ação autonomista ficou conhecida na imprensa local como a Revolta dos Cem Dias, período em que a Junta Governativa esteve em funcionamento no Departamento do Alto Juruá. CUNHA SÁ (2017), ao tratar do processo de autonomia da Vila Seabra, vinculada ao Departamento do Alto Juruá, informa que o processo de autonomia acreano não se deu de forma unificada, nesse momento. A ação perpetrada pelos habitantes do Juruá ficou conhecida como a Revolta dos Cem Dias e não logrou êxito, nos termos pretendido pelos seus autores, sofrendo duras críticas da imprensa local e nacional. Os acreanos desejavam a autonomia; no entanto, o entendimento de como está se daria ainda não havia sido pacificado entre os vários grupos que se articulavam para tal fim.

No transcurso entre a ação autonomista perpetrada pelos políticos do Juruá, e a unificação do território acreano, o jornal *Folha do Acre*, não esmorece em sua ideia de massificar na mentalidade da população local, os ideais autonomistas. Em suas primeiras edições em 1910, o jornal também destaca matérias referentes a unificação do território acreano, momento em que se inicia a segunda fase administrativa do acre Território. Nesse período são noticiadas várias ações dos políticos locais e dos representantes acreanos na Câmara Federal e no Senado.

No ano de 1914 é noticiada por J. Roteiro a criação de mais um periódico, nominado de *O Autonomista*<sup>12</sup>. Na matéria que trata do surgimento desse novo jornal fica explicitado o percurso do debate autonomista e os vários caminhos que este vem percorrendo.

Assim, a notícia de que por estes dias enfrentaremos na arena jornalística um novo campeão, *O Autonomista*, assoberba-me de prazer tamanho, de maneira tal, que por mais oportunismo que as conveniências do eu e da política me imponham, e os meus colegas oportunistas da autonomia me seduzam, não posso deixar de resmungar a favor desse novo paladino de nossa emancipação política e ás escondidas fazer votos pela sua prosperidade. Já não é sem tempo, porque depois da propaganda cerrada aos primeiros estos de entusiasmo de acreanos sedentos de luz e liberdade, caímos em completo marasmo pela fraqueza de uns, descrença de outros e politicagens de muitos, a ponto de vermos esta região querida nossa e das seringueiras, não já

<sup>12</sup> O jornal *O Autonomista* não está disponível para consulta.

estacionária como disse o nosso brilhante colega *Porto Acre*, mas em manifesto e visível estado de decadência. (Folha do Acre, n. 151, p. 1, 1914).

No dia 26 de fevereiro de 1921, a 26<sup>a</sup>. Edição da Folha do Acre traz a notícia da reorganização do Território federal do Acre. Conforme estabelecido pela lei 2.356 de 31 de dezembro de 1911, as prefeituras existentes seriam mantidas e criada uma outra desmembrada da do Juruá com sede em Tarauacá. Foram criados cinco municípios com sedes nas cidades de Xapuri e Rio Branco, no Alto acre; Cruzeiro do Sul e Vila Seabra, no Alto Juruá; e Senna Madureira, no Alto Purus.

A lei reduziu de cinco para três os membros do tribunal de Apelação com sede em Senna Madureira, criando outro de igual número de juízes na Prefeitura do Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul. Indo ao encontro do anseio da população acreana, o governo dos municípios ficou sob a responsabilidade de um conselho municipal e do intendente, representante do poder executivo, com o dever de atuar subordinado ao prefeito. Ainda conforme a lei 2.356, o governo municipal era autônomo, não podendo nenhuma autoridade estranha ao município intervir nas deliberações.

Para os autonomistas, fundadores e mantenedores da Folha do Acre, a reorganização foi um passo importante para a tão desejada autonomia. Mais uma vez, vozes contrárias levantaram-se em questionamento conforme artigo publicado na edição do dia 05 de março de 1911, em repostas a um periódico que então circulava no município e Xapuri. Referindo-se ao que chama de “*gazeta oportunista*”, A referida matéria não informa de que periódico fala, no artigo seguinte, deixa entender que poderia se tratar do jornal Correio do Acre, periódico não disponível no bando de dados da Hemeroteca Digital.

Reorganizado o território ressurgem então o movimento em torno da sede do governo do territorial que àquele momento começava a datar os documentos com o nome “*Pennapolis*” Erguendo a bandeira da história e da tradição, sai a Folha do Acre em defesa da manutenção do nome da Cidade da Empreza<sup>13</sup>. Numa provável estratégia de resgate e valorização dessa história, em sua 32<sup>a</sup>. Edição, de 09 de abril de 1911, o artigo “Amigos do Acre” rende homenagens a alguns dos atores do movimento autonomista como o coronel Antonio Antunes Alencar, Gentil Norberto, Justiniano de Serpa, Lyra Castro Sylvio de Lima.

---

<sup>13</sup> A prefeitura do Departamento do Alto Acre teve sua sede transferida em 1909 para onde se localizava o Seringal Empreza, daí a cidade ficar conhecida com esse nome. No ano de 1912 foi criada a Vila Pennápolis, em homenagem ao então Presidente do Brasil, Afonso. Com a unificação do território do Acre, a capital do território passou a ser nomeada como Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, peça fundamental no processo de anexação das terras acreanas ao território Brasileiro. (cf. <http://acre.gov.br>)



No momento em que tudo parece caminhar rumo a um desfecho vitorioso para o movimento autonomista, na seção de “Notícias Bibliographicas”, da mesma edição, dando conta do relatório anual da diretoria da Associação Comercial do Amazonas publicado na Revista Commercial do Amazonas anuncia o descumprimento de acordos políticos no Acre – no Juruá, em Senna Madureira e Rio Branco.

Acredito, entretanto, que a lei ultimamente votada pelo Congresso Federal concedendo aos Departamentos sua autonomia municipal, autorizando-os a dispor de uma parte de sua receita, argumentando o numero de juizes, reando um outro Tribunal superior no Juruá e um novo Departamento no Tarauacá, pode certamente influir muitíssimo para que os acreanos esqueçam as suas dissensões internas com o ato patriótico que acaba de ter a União. (Folha do Acre, ed38, p.5, 1911).

## 2.1 O PARTIDO CONSTRUCTOR ACREANO

O recado da entidade de classe amazonense parece ter surtido efeito. Reorganizado o território e a liberdade batendo à porta, pouco tempo depois, no dia 04 de junho, a edição de número 40 informa sobre o maior evento político que até então fora realizado no Território federal do Acre e a fundação da maior agremiação política do território Federal do Acre: o partido Constructor Acreano.

Encabeçado por Gentil Norberto, a mobilização em torno da fundação do novo partido ganhou a adesão dos vários segmentos da sociedade. O ato público com vistas a criação do partido, no dia 28 de maio de 1911, reuniu proprietários, comerciantes, industriais, profissionais liberais, incluindo cidadãos de todas as partes do Departamento. Aclamado pelo público, Gentil Norberto apresentou as bases do Partido Constructor Acreano<sup>14</sup>.

A nova agremiação tinha como propósito trabalhar pelo progresso do Território Federal do Acre, promover a emancipação política do Território com vistas à organização do Acre como um Estado autônomo. Para este fim, criaria uma delegação permanente e um caixa especial para custear despesas como propaganda e seria administrado por um diretório formado por membros eleitos para um mandato de 2 anos, exceto os primeiros, eleitos por 3 anos<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Artigo publicado na Folha do Acre (edição nº 39, de 28 de maio de 1911) dá conta do movimento que inicia com o Comício Público com o objetivo de anunciar a criação do Partido Constructor Acreano. O material informativo que faz o chamamento da sociedade adesão traz como argumento pressupostos e bases da nova agremiação.

<sup>15</sup> Objetivos expressos no programa e bases do partido publicados na Folha do Acre, edição nº 39 de 29 de maio de 1911.

Por maioria de votos foram eleitos diretores os coronéis Joaquim Victor da Silva, Joaquim Domingues Carneiro, Daniel Ferreira Lima, Francisco Cypriano de Oliveira, João de Oliveira Rôla, Sebastião Francisco de Mello, Silvino Coelho de Souza, Rodrigo de carvalho e Antonio Viera, como suplentes, os eleitos foram os coronéis Josephino Pereira Leal, Joaquim Freire da Silva, Honorio Alves das Neves, Adolpho Barbosa Leite, João do Monte, Domingos Caetano Pinheiro Leitão e José Augusto Maia, dr. Bruno Barbosa e coronel F. Simplicio da Costa

A notícia do novo partido bem como dos propósitos a que se destinava chegou logo o rápido à Sena Madureira e repercutiu positivamente.

Sobre a nova agremiação, escreveu o correspondente do município à Folha do Acre:

É a construção do edifício da Autonomia pelo alicerce, pedra a pedra, palmo a palmo, braça a braça, debaixo para cima, até Zimborio, onde, por fim, tremulará o “auriverde pendão que a brisa do Brasil beija e balança. (Folha do Acre, ed.49,p.2, 1911).

Ali também cerca de um ano antes, em 11 de abril de 1910, proprietários de parte do Purus, Yaco, Maucahan e Caeté formaram o Departamento do Alto Purus, criaram o partido Progressista e fundaram o jornal *Brasil Acreano*. Por meio do jornal, declarou o partido querer “a autonomia pela evolução, acelerada quanto possível, esta que faz primeiro o alicerce social para depois nelle plantar logicamente o edificio político” (Folha do Acre,ed.49,1911).

Um ano após o início da empreitada, afirmam os progressistas que aqueles não vinham sendo dias de bonança. Entretanto, as dificuldades teriam servido para a união e solidariedade pela consciência dos princípios e firmeza dos ideais<sup>16</sup>.

Mais uma vez, a ideia de unidade compõe o discurso que em essência busca ganhar adeptos inicialmente para a conquista da autonomia administrativa e consequentemente autonomia política do Acre. Classificando atores das agremiações – Partido Progressista e Partido Constructor Acreano, “peregrinos a caminho dos mesmos sonhos e dos mesmos ideais” alertam os progressistas:

---

<sup>16</sup> A notícia da criação do Partido Progressista chega a Rio Branco por meio de carta enviada pelo correspondente da Folha do Acre em Sena Madureira e publicada pela Folha do Acre, na edição 49, de 6 de agosto de 1911 (p.2). Ainda de acordo com o material o movimento no Purus é fruto da repercussão das ações do Partido Constructor na capital.

Resta que ao trilharem ambos a mesma senda, que pôde ser de flores e também pôde ser de espinhos, sejam bons companheiros de jornada, participantes das mesmas glórias e das mesmas desventuras, sempre amigos, sempre irmãos. (Folha do Acre, ed.49, p. 2,1911).

Em que pese o movimento em torno de uma unidade, é possível observar interesses e posicionamentos conflitantes. No dia 29 de outubro de 1911, o artigo intitulado A autonomia Vermelha “a ferro e a fogo” salta aos olhos do leitor da Folha do Acre, então surpreendido com a notícia da chegada de um novo jornal – O Acreano. Denuncia a Folha, estar o periódico a serviço do Partido Autonomista, e sob liderança do coronel Antunes Alencar, em divergência com a proposta do Partido Constructor, a apregoar a autonomia imediata causa pela qual estariam dispostos a lutar a ferro e a fogo.

Em o nosso trabalho, passaremos uma revista na organização do intitulado partido Autonomista e no seu órgão na imprensa, provando que a ambos faltam a necessaria compostura moral, os requisitos necessarios para se tornarem acatados pela opinião publica, tendo ao contrario defeitos que os tornam passíveis de toda repulsa (Folha do Acre, ed. 58, p. 1, 1911).

Em 15 de novembro de 1921, por meio da Resolução nº 29, o prefeito do Departamento do Alto Acre declarou inaugurado o prédio da prefeitura na cidade de Pennapolis, capital do Departamento do Alto Acre. A inauguração marcou a comemoração da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brazil.

Ao descrever a solenidade, momento em que foi inaugurado também o retrato do marechal Hermes da Fonseca no salão da Prefeitura, a Folha do Acre volta a erguer a bandeira da autonomia. Desta feita, porém o discurso é diferente. Argumentando não haver ainda no departamento estrutura adequada, o órgão do Partido Constructor volta afirmar que a autonomia seria uma surpresa para a qual o Acre ainda não estava preparado.

A autonomia imediata seria para nós uma surpresa sob cujos efeitos nos encontraríamos na emergência de não saber como resolver os seus múltiplos e exigentes problemas, pela absoluta auzencia de elementos para esse fim. Faltam-nos ainda desde os edificios para as repartições publicas até a indispensável educação cívica e o preparo intelectual do nosso povo para o desempenho e encargos de um Estado. A nossa preocupação agora deve ser a de sanar essas faltas, melhorando as condições materiaes em que se encontra a região e cuidando com afinco da instrucção popular (Folha do Acre, ed. 61, p. 1, 1911).

Na contramão do que reivindicava o Partido Autonomista, o qual classificou como ‘facção do autonomismo revolucionário’, para o Partido Constructor era necessário primeiro desenvolver a indústria, a lavoura, dotar o Departamento de estrutura mínima que pudesse

contar com telégrafo, ferrovia, estradas, correios. A autonomia seria consequência do progresso.

Parecendo caminhar na melhor direção, surgem notícias da fusão dos dois partidos – Autonomista e Constructor Acreano, em torno de uma única agremiação. Informação essa logo descartada pelos dirigentes da Folha do Acre, integrantes do Partido Constructor. De outro modo, anunciaria Folha do Acre, a incorporação do Partido Constructor Acreano ao Partido Republicano Conservador<sup>17</sup>.

Pouco mais tarde, ante a chegada de informação de conflitos da região do Purus, dando conta de revolucionários supostamente ligados ao partido Progressista, investiram contra o prefeito coronel Tristão Alencar Araripe, a Folha do Acre pede calma ao povo do Purus. Por meio de artigo assinado pelo então prefeito Deocleciano Coêlho de Souza, o periódico destaca os motivos pelos quais continua contrário a “autonomia imediata”.

Ao Acre não convem absolutamente a autonomia por taes meios atrophadores do seu progresso. Da ordem, do regime de paz e do trabalho é que advem a felicidade dos habitantes desta região. A autonomia só será um bem, só deverá ser acceita, quando for conquistada pelos meios legaes preparando-se os três Departamentos para a nova forma administrativa. (Folha do Acre, ed. 81, p. 1, 1912).

Não obstante, continuam os conflitos que tinham como alvo a deposição do prefeito, coronel Alencar Araripe. O movimento revolucionário não ganhou a adesão de parte da população que chegou a pedir ao prefeito de rio branco, Deocleciano Coêlho que intervisse junto ao governo da República em defesa da reforma. Ainda que declarada a autonomia do Purus, forças federais são enviadas ao local, segundo a Folha do Acre, não havendo portanto, a perturbação da ordem.

Como que para jogar água fria no caldeirão fervente, a edição de número 90 do jornal representante do Partido Constructor Acreano aponta:

È um erro suppor que os acreanos, ainda mesmo que unidos e cohesos, possam levar a effeito, pela violência e pela rebellião contra as leis do paiz as aucotirdades legalemnte constituídas, um pleno de conquista brusca e immediata daquellas vantagens, para entrar no goso das mesmas, indenpentemente do trabalho conscioso que lhes compete executar para o preparo prévio das condições exigidas para que o Acre se torne capaz de governar-se por si mesmo assumindo as graves responsabilidades da sua autonomia. (Folha do Acre, ed.90, p.1, 1912).

---

<sup>17</sup> A inauguração do novo edifício da Prefeitura e o editorial dando conta do posicionamento e das divergências entre os partidos Constructor e Autonomista, bem como da fusão entre o Partido Constructor e o Partido Consevador foram tema principal da edição especial comemorativa à Proclamação da República Brasileira em 15 de novembro, que circulou no dia 22 de novembro de 1911.

Completa o artigo ao informar a disposição do governo de Marechal Hermes da Fonseca em realizar a reforma administrativa no Acre. A reforma iniciaria em agosto do mesmo ano, com tempo necessário aos estudos para a elaboração da proposta de reforma<sup>18</sup>.

Pouco tempo depois, na cidade de Xapuri, a chegada da estação radiotelegráfica foi um bom motivo para acalmar os ânimos da população também ansiosa pela proclamação da autonomia do Território.

Ao fim do ano de 1912, o governo da república nomeia o coronel Antunes de Alencar prefeito do Departamento do Tarauacá. Àquele momento, eis que neutralizada a força de um dos líderes do movimento pela autonomia “a ferro e a fogo” sagra-se vitorioso o partido Constructor Acreano.

Na edição de nº 104, publicada em 22 de janeiro de 1913, desta feita, não trazendo o expediente dando conta sobre a agremiação a qual representa, a Folha do Acre anuncia o decreto Nº 9831, de 23 de outubro de 1912, que reorganiza a administração e a justiça do Acre. Por meio do referido decreto fica o acre subdividido em quatro departamentos: alto Acre, Alto Purus, Tarauacá e Alto Juruá. Os quatro departamentos têm suas sedes respectivamente, em Rio Branco, Sena Madureira, Vila Seabra e Cruzeiro do Sul.

A mesma edição o periódico dá publicidade aos números da administração do prefeito Deocleciano Coêlho de Souza. Conforme consta do relatório, o levante na região do Purus acarretou prejuízo financeiro para o Território.

A deposição do Delegado do Governo e a proclamação da autonomia do Território, levada a efeito impensadamente pelos nossos patrícios, acarretaram enormes despesas aos cofres da Nação, conseqüentemente desastrosas para o Território do Acre e especialmente para aquele Departamento, onde os prejuízos materiais foram extraordinários, preponderando a anarchia e o terror, numa lucta inglória e sem ideal seguro, onde foi derramado o sangue de inexpeientes seringueiros e de bravos servidores da Patria. (Folha do Acre, ed.104,p.3, 1913).

De acordo com as informações sobre o relatório é possível observar o aumento de despesas extraordinárias com a criação do “Batalhão Patriótico” formado por 245 homens para reforçar a Companhia Regional e conter a revolta no Alto Purus<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> De acordo com a Folha do Acre (ed. 90, de 28 de julho de 1912), a notícia da disposição do Governo da República em promover a reforma administrativa e judiciária no Território do Acre, chegou a Rio Branco por meio de radiotelégrafo enviado pela capital da República.

<sup>19</sup> Dados do relatório mostram a criação do ‘Batalhão Patriótico’ aumentou as despesas extraordinárias em 34:059\$000 (trinta e dois contos e cinquenta e nove mil réis) que adicionados a despesas com rifle e munição no valor de 12:000\$000 (doze contos de réis) chegou ao total de rs 46:079\$00 (quarenta e seis contos, setenta e nove mil réis) (Folha do Acre, ed. 104, p. 3, 1913)

Eis que dado mais um passo rumo à tão sonhada autonomia, reorganizado o território e instituídos os respectivos conselhos intendentess, levantam-se as vozes pelo que parece ser autonomia administrativa, contra os impostos. Sobre o novo movimento, escreve J. Paulo na edição de nº 111 da folha do Acre.

Chegam até ao modesto retiro em que vivemos, os ecos, já quase extintos, de uma notícia que corre de alguns membros do *grupo político* que neste Departamento se bate pelas vermelha autonomia imediatamente, manifestam abertamente a sua repulsa contra os módicos impostos recentemente instituídos pelos Conselhos Municipaes de Rio Branco e Xapury. Dizem-no mais, que o *ardor patriótico* desses homens chega a ponto de andarem de porta em porta, aconselhando ao commercio e aos proprietários locais que se revoltem contra a cobrança dos referidos impostos (Folha do Acre, ed.111.p.1,1913).

Sobre as investidas, na edição seguinte destaca o periódico, o acatamento das novas normas nos municípios de Vila Seabra, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Sobretudo, continuava a ronda o espírito da revolução.

Matéria publicada na edição de nº 121, de 27 de julho de 1913, indicava que continuava a correr boatos de revolução, ao que a Folha do Acre classifica como movimento anarquista, desordeiro, com fim apenas de combater a intendência municipal. De acordo com a matéria, o governo saberia sim, reconhecer o momento para a autonomia que seria conquistada, sim, “pelo nosso engrandecimento, quando pela nossa marcha de perfectibilidade cívica” (Folha do Acre, ed. nº 121, p.1913). Sob a égide da tão propagada autonomia aumentam, contudo, as investidas contra a Município<sup>20</sup>.

Da região do Tarauacá também chegam notícias de movimento revolucionário pró autonomia, o que é descartado por telegrama enviado à Folha do Acre pelo prefeito daquele departamento, Antunes Alencar<sup>21</sup>.

Ante o surgimento de um novo jornal, *O Autonomista*, dirigido pelo advogado Octavio Steiner do Couto e sobre a tentativa de integrar o partido Constructor Acreano e seus simpatizantes ao novo movimento que começaria com uma grande reunião no dia 14 de julho de 1914, a Folha do Acre desaconselha a participação no evento do movimento, segundo os Construtores, subversivo.

---

<sup>20</sup> O tema é destaque na coluna intitulada ‘Boato’, publicada em destaque na primeira página da edição de nº 121 publicada no dia 27 de julho de 1913.

<sup>21</sup> Sobre boatos de movimento revolucionário no Departamento do Tarauacá, por radiograma enviado à Folha do Acre, o então prefeito daquele departamento, coronel Antunes Alencar rechaça a informação de que naquela localidade haveria indícios de levante armado. O radiograma encaminhado ao prefeito do Departamento do Acre, coronel Deocleciano Coelho foi publicado na Folha do Acre, ed. 145, de 19 de abril de 1914.

O que no advirá d'ahi? Mal, muito mal. As casas aviadoras suspenderão forçosamente seus aviamentos para o Acre; as remessas de mercadorias serão sustadas; o Governo Federal tomará medidas rigorosas contra nós; os dinheiro públicos que tanta falta nos fazem deixarão de vir. (Folha do Acre, ed. 157, p.2, 1914)

Conforme anunciado por ocasião da publicação da eleição e posse da nova diretoria do partido Constructor na edição 159, de 26 de julho do mesmo ano, autonomia, ordem-trabalho são a palavras que regem a causa do Partido Constructor.

Pacíficos, sem subserviência, ordeiros sem humilhações, iremos caminhando avante, deixando atrás de nós um rastro luminoso de conquistas honrosas, um passado límpido, de glórias á recordar (Folha do Acre, ed.159, p.1, 1914).

Em fevereiro de 1915, a Folha do Acre informa sobre a defesa do projeto de para reorganização do Território do Acre na Câmara dos Deputados. A reprodução da notícia publicada em A Rua, do Rio de Janeiro destaca a atuação do deputado do Rio Grande do Norte, Carlos Augusto de Vasconcellos Monteiro em defesa do projeto que propunha a divisão do em dois departamentos, com sedes administrativas em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que seriam administrados por governadores nomeados pelo presidente da república.

De acordo com os dados apresentados pelo parlamentar ao defender o projeto, de 1903 a 1915, o território acreano arrecadou a soma de réis 113.939;042\$338 e dispendeu 27.099:670\$200, deixando portanto, para o tesouro, um saldo de 86.859:3724138.

O Acre precisa ser conhecido e estudado atravez de seus múltiplos e variados aspectos, - diz o Sr. Augusto Monteiro. A vida naquelas paragens representa um esforço supremo e digno, uma lição para o futuro, aliás já ensinada pelos "bandeirantes" do sul que em procura das fulgidas pepitas se internavam pelos sertões de Minas e São Paulo. Ali é o látex da seringueira, é o ouro negro que fustiga a ambição dos homens que ao contacto das feras, dos impaludismos e das endemias múltiplas, vão conquistar a terra, por tantas vezes madrastra, o segredo das suas intermináveis riquezas. (Folha do Acre, ed. 185, p. 2, 1915).

Pouco tempo depois da brilhante defesa, ao deixar o parlamento, em maio de 1915, a Folha do Acre anuncia o novo prefeito do Departamento, o dr. Augusto Monteiro. Em visita ao novo chefe do Departamento, a Folha do Acre verificou então que os ideais do novo prefeito corroboravam com os valores defendidos pelo Constructor Acreano. Eis que segue o periódico na defesa da ideia da autonomia pela evolução.

Entretanto, ante a negativa do Ministro da Justiça Carlos Maximiliano frente à causa autonomista, sob o argumento de que, uma vez concedida a autonomia, “haveria uma intervenção federal por ano e mais assassinatos de governadores e guerras civis do que nos primeiros anos do regimento democrático no Brasil”, a Folha do Acre não hesita em demonstrar o descontentamento da população local. No artigo assinado pelo deputado estadual do Amazonas, Castella Simões, o periódico rebate o posicionamento do referido ministro.

Agora fique certo o leviano Ministro que as conclusões e conceitos da sua recalçada animosidade em nada modificarão os destinos históricos do Acre, como não aluem o esclarecido critério e alto senso político do honrado Chefe da Nação a respeito, nem poderão entibiar os notáveis congressistas empenhados nessa magna obra. (Folha do Acre, ed.207,p.1, 1917).

A demora do governo da República em atender o pedido de autonomia foi tema de artigo publicado no jornal A Lanterna do Rio de Janeiro. Reproduzida na edição 209 da Folha do Acre, no ano de 1917, a matéria chama a atenção para o pouco caso das autoridades acerca da reivindicação da autonomia do Território Federal do Acre. Questiona o artigo como pode questão tão relevante para mais de 100.000 brasileiros ficar preterida por tanto tempo. Alerta ainda o texto para a possibilidade de movimento revolucionário na região.

“Quererão talvez que aquelles abnegados compatrióticos arrebatem com as proprias armas os seus direitos sonogados, ou que pela força decretem a sua autonomia? (Folha do Acre,ed.209, p.1, 1917).

Como que prevendo um hiato na luta em defesa da emancipação do Território, escreve o cronista J. Roteiro sobre o propósito de continuar a defender a autonomia do Acre:

“è meu desejo me occupar ainda do direito que assiste aos acreanos á sua autonomia adminsitrativa e política, mas já muito se tem dito e escripto á respeito e por isto basta fazel-a lembrada, para que não caia absolutamente no olvido. (Folha do acre, ed. 217, p. 2, 1917).

Após a mensagem de lembrança do cronista um ano inteiro se passa. Ao aplicar o filtro autonomia pude verificar que o termo não aparece em nenhuma das edições do ano de 1918. Não havendo disponível para consulta os títulos de 1919, pude constatar que a autonomia do Acre volta ao debate em 1920, na edição de número 295, quando o artigo intitulado *O Acre* relata a longa história de luta pela autonomia do território, então há quinze



anos anexado ao Brasil. A ideia de desenvolvimento como caminho para a liberdade reforça o discurso de que a autonomia é necessária e inevitável<sup>22</sup>.

O povo acreano continua, entretanto a cuidar da sua vida, indiferente aos governos que o infelicitam e exploram. A população do Acre orça hoje por 120 mil habitantes. O território tem sete pequenas cidades, e muito núcleos de população nos grandes seringas, onde trabalham às vezes duas mil pessoas. O valor da exportação acreana varia com o preço da borracha, mas oscilla annualmente entre 50 mil contos e 80 mil. As rendas de exportação oscilam entre 5 e 10 mil contos, já tendo attingido num anno prospero para a borracha a 21 mil contos. o Acre, entretanto, não tem nenhuma representação política, nem estadual, nem federal. Praticamente só tem um direito: pagar impostos. (Folha do Acre, ed. 295, p. 1, 1920).

Reforça a ideia de autonomia, o argumento de que a exemplo do que já acontecera em outros países, a emancipação política e administrativa seria um processo natural.

A America do Norte e a argentina especialmente, tiveram em sua organização inicial muito ‘território federaes’. A America emancipou gradualmente os seus; a argentina está fazendo isso agora. Pois bem, há vários territórios americanos, e um argentino, que foram transformado em estados com a população menor que aquele que o Acre tem actualmente, ou equivalente. (Folha do Acre, ed.295,p.1, 1920).

Em outubro de 1920, artigo do jornal O Norte - *O Acre Administrativo*, trazia a notícia do projeto de reforma administrativa do Acre pelo qual o poder político ficaria centralizado nas mãos de um governador nomeado pelo presidente da República. Ainda de acordo com o artigo:

“A autonomia dos municípios, garantidas pela reforma, será um estímulo ao desenvolvimento da communas, preparando o Territorio para a sua almejada integração no systema federativa” (Folha do Acre, ed. 331-1 1920).

Pela reforma foi então Epaminondas Jácome nomeado Governador Geral do Território do Acre, nomeação essa, bem acolhida pelo órgão representante do Partido Constructor Acreano para quem a reforma foi mais importante passo rumo à autonomia. Ao tempo em que avalia positivamente a reforma e acolhe o primeiro governo, logo o órgão representante do Partido Constructor Acreano em defesa de melhorias para o território.

---

<sup>22</sup> O tema autonomia volta à pauta por meio do artigo intitulado ‘O Acre’ publicado no jornal ‘O Imparcial’, do Rio Janeiro e reproduzido na Folha do Acre na edição 295, de 10 de janeiro de 1920. O periódico questiona o fato de ter chegado à sede do governo da República a informação de que no Acre haveria terras devolutas, o que segundo o ‘O Imperador’ colocaria os acreanos num exemplo único de povo ‘nômade’ (Folha do Acre, ed.295, p. 1-2, 1920)

A reforma, tal como supponho, dar-nos-á o direito o direito de esperarmos de em breve entrara para o convívio da Federação com todas as prerrogativas e regalias de que até agora nos sentimos privados. Os acreanos precisam de meios de transporte, de facilidade de comunicação; de protecção, de inteiro e proficuo amparo á sua industria, até agora unia –a da borracha. Tudo no Acre é incipiente, pudemos dizer; irrito e nulo. A lavoura, o commercio e a industria pastoril ahi estão em estado de só não envergonhar aos que, como esses heróes desbravadores das nossas mattas virgens, querem e não podem, que iniciativa e amor ao trabalho lhes não faltam, como não lhes faltam aspirações grandiosas. (Folha do Acre, ed333,p.1,1920).

A reorganização que unifica o Território dá novo rumo ao movimento em defesa da autonomia. Sob a bandeira de, em unidade, continuar trabalhando pela constituição do Acre em Estado Federado, vários partidos com atuação nos ex-departamentos se unem em torno de uma única agremiação; o partido Evolucionista. Integram o novo partido, representantes do Partido Constructor Acreano- do Alto Acre, Partido Juruense - Alto Juruá, e partido Democrático do Tarauacá –do Alto Tarauacá.

A extinção do Partido Constructor e a fundação do Partido Evolucionista é o destaque da edição 374 da Folha do Acre, publicada no dia 1 de setembro de 1921. Instalado o novo partido assinam o documento de fundação, Honório Alves das Neves, Francisco Manoel D’Avila Sobrinho, J. Campos Pereira Francisco Conde, José Soares Pereira, Raymundo Vieira de Souza, Dr. Mario Alvarez, Antonio ferreira Brasil, Paulino Pedreira, Francisco Pereira da Silva, Joaqui Victor da Silva, Luiz Barreto de Menezes, Alberto Porto da Silveira, Nahum Vieira.

O Partido Constructor Acreano, em boa hora fundado por Gentil Norberto, sob os auspícios de todas as classes conservadoras do então Departamento do Acre, dá por concluída sua obra, e pois, consequentemente, por terminada sua missão (Folha do Acre, ed. 374,p.1, 1921).

Contudo, ainda antes que findasse o ano de 1921, agora como órgão do Partido Evolucionista, sob direção de Paulino Pedreira, a Folha do Acre voltou a conclamar ao acreanos a levantarem a bandeira da autonomia. O chamamento vem em destaque no frontispício do jornal.

“Cumpre que o escól intellectual da nossa gente heroica venha para gente heroica venha para a imprensa e trabalhe quotidianamente, sobranceiramente, na defesa justa deste rincão opulento e desprotegido do extremo norte da república” (Folha do Acre, ed.388, p.1, 1921)

Em artigo publicado na ed. 388, de 1 de dezembro de 1921, destaca o periódico que a concessão do direito ao voto e a unificação do território que parecia ter sido grande passo para a autonomia, soava então como nova decepção.

Tal porém está o povo crente que não sucederá, pois que, á deanteira de incontáveis outras, mais uma ilusão, ou melhor, decepção, se lhe antolha. É que para ultimar a questão entre Governo Federal e o Amazonas, ventilam-se, na camara projectos e accerdos, tendentes ao nosso aniquilamento total, que nos querem entregar á rapinagem apregoada dos governos dessa unidade da Federação ( FOLHA DO ACRE, ed.388, p.1, 1921).

Segue a matéria a lamentar que a campanha contrária à emancipação do Acre tenha recebido apoio das bancadas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, e São Paulo.

Ao povo acreano, lategado pelo infortúnio a que reduziram os governos politiquieiros do Brasil, se afigura um escarneo e uma crueldade a acção dos senhores legisladores nordestinos que sabem haver sido esta região tansformada em grande fonte de riqueza pelo esforço titânico do cearense, do riograndense,e, por fim, do parahybano e do pernambucano. Outra devia ser a recompensa a dar ao punhado de infelizes para aqui impellidos pelo flagello das seccas, constructores que são da mais gigantesca obra de dilatamento pátrio, nos confins da bacia amazônica (Folha do Acre, ed. 388, p. 1, 1921).

Em janeiro do ano seguinte o Acre volta a ser tema de debate na Câmara Federal, quando o deputado Octavio Rocha, ainda que tardiamente, defendeu a aprovação do projeto que concederia aos acreanos o direito do voto. A defesa da matéria pouco dias antes do fim do prazo para encerramento do alistamento eleitoral inviabilizaria a participação do eleitor acreano naquele pleito, motivo pelo qual o informe do jornal O Norte, do Rio de Janeiro destaca a importância da aprovação da matéria.

Não devem, com tudo, os acreanos deixar que a promessa se perca, por falta de oportunidade. A concessão desta franquia será um grande passo para a autonomia que é a maior aspiração dos habitantes do Acre. Depois do projecto que autorisa o accordo da união com o Estado do Amazonas, referente aos seus direitos sobre o Território, a constituição do Acre em Estado não encontrará, provavelmente, oppositores. Os acreanos devem, pois, interessar-se pela aprovação desses projetos e bemdizer os acontecimentos que levaram os políticos a se lembrar dos únicos brasileiros que ainda não estão integrados na plena cidadania ( Folha do Acre, ed.394, p.1, 1922).

A eleição para vice-presidente da república, no dia 20 de agosto de 1922, foi mais um bom motivo para que o Partido Evolucionista retomasse o argumento da autonomia do Território. Considerando a “lei orgânica omissa ou incompleta na concessão dessa prerrogativa” aos acreanos, em artigo publicado no dia 17 de agosto do mesmo ano, por meio do seu órgão informativo, o Partido Evolucionista relembra a importância da concessão do sufrágio aos cidadãos do Acre.

Precisamos, porém, lutar contra essa anomalia conspurcadora d'um direito intangível que nos deve caber, contra o nossos próprios interesses, e, conseqüentemente, devemos empregar os máximos esforços para conquista da plenitude de direitos que nos têm sido sonegados, e o meio mais eficaz, idôneo é a concorrência ás urnas, como protesto pacífico que nos rehabilite e nos aparelhe para o supremo ideal da autonomia acreana que tanto afagamos. (FOLHA DO ACRE, ed. 425, p.1, 1922).

Meses depois, um novo pleito coopera para reacender a chama da autonomia. A eleição para um membro do Conselho Municipal de Rio Branco dá deixa para que o partido Evolucionista aborde o tema política e conclame os acreanos a participar. No frontispício, a publicação de um trecho do editorial da Folha do Acre de 28 de julho de 1912, lembrava o leitor a luta de mais de uma década.

Ao Acre caberá, dentro de um prazo não muito longo, o direito de apresentar-se no convívio da Republica, revestido de todas a prerrogativas de um estado autônomo, se não lhe faltar o concurso de um dedicação sincera de todos os acreanos confraternizados e unidos pára essa conquista. (Folha do Acre, ed.459, p.1, 1923).

No artigo intitulado *Ao eleitorado de Rio Branco*, o apelo de apoio à candidatura de um acreano, o major Euzébio de Barros e o convite aos cidadãos acrebaos para exercer o direito do voto no âmbito do município.

É dever declinável de todo bom cidadão patriota concorrer aos comícios dessa natureza, trabalhando e se esforçando, dentro dos limites das forças individuaes, para que o conselho Municipal se constitua de elementos genuinamente do Município e que por isso mesmo se interessem com carinho e ardor pelo perfeito funcionamento da vida regular da administração publica cõscios da responsabilidades que decorrem de tal investidura. Nesse momento em que se annunciam cogitações no Parlamento Nacional, sobre a oportuna ou não autonomia completa do Acre, é de mister que nos interessemos decididamente pela vida municipal, e, dando um attestado do grão de cultura dos que habitam esta região, concorramos ás urnas no maior numero possível, sem vacillações prejudiciaes, elegendo o de maior confiança, sem outro elemento, senão o do voto livre. (FOLHA DO ACRE, ed. 459, p. 1, 1923).

O texto com todas as características de propaganda política partidária se repete pelas próximas três edições que antecedem a eleição para o Conselho Municipal. Na última edição do ano de 1923 disponível no banco da Hemeroteca digital, a do dia 10 de maio, traz nota em destaque anunciando que a campanha em favor da autonomia ganha destaque no Congresso Nacional. Não havendo disponível para consulta as edições doa dois anos seguinte, é possível observar que o termo autonomia reaparece na edição de nº 520, de 14 de março de

1926, no corpo do texto de artigo que aborda o tema fiscalização bancária e cooperativas de crédito.

A partir de 1926, sob a direção de Servulo do Amaral, em nova fase, momento em que a Folha do Acre declara-se um jornal político e noticioso, o discurso autonomista soa mais discreto.

Na edição de número 547, de 14 de novembro de 1926, o tema autonomia é abordado em artigo assinado por Ignacio Moura, engenheiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. O artigo, segundo capítulo de carta aberta a Whashington Luis, apresentava o Acre ao então presidente da República eleito.

È uma vasta zona, desprovida de accidentes geographicos, formando apenas a bacia do Alto Purús, Alto Juruá e Alto Acre, rios esses, como todos os do Valle, sujeitos a variações extremas em seus volumes dagua, entre a estação da secca e a do inverno. Segundo cálculos do almirante Guilhober, occupa uma superfície de 191.000K2, maior que a de alguns Estados da União, com a escassa população de em mil habitantes. Foi conquistado e desbravado por heroicos brasileirosque, de armas na mão, o integralizaram ao territorio nacional (...)

(...) O que o governo federal deve fazer, bem v.exc. póde comprehender, é confraternizar com aquelle povo de heroes e assegurar e assegurar de cada vez mais a sua autonomia soberana e favorecer-lhe com uma taxa de tributos cooperativos e com sua representação no parlamento nacional. (Folha do Acre, ed.547, p.1, 1926).

A elevação dos territórios norte americanos, de onde o Brasil copiou a designação de “território”, à categoria de estados, inclusive com menos recursos e menor densidade populacional, foi também o argumento do representante do Instituto Geographico, para convencer o chefe da República da importância da emancipação do Acre (FOLHA DO ACRE, ed. 547, 1926).

Poucos meses depois, em março do ano de 1927, a luta pela autonomia e lembrada nos mistérios da palavra do *Perfil de um Poéta Bohemio*.

De uma feita andavamos todos preocupados com a sorte do Acre ante a formidável baixa da borracha, que nos atormentava pecuniariamente. Uns entendiam que devíamos proclamar a autonomia, outro que nos devíamos incorporar ao amazonas; outros ainda que, não dispondo de renda para a necessária preparação, devíamos continuar sob a tutela da União. A roda, no Pavilhão Rio Branco, era grande e a discussão ia acalorada. Entra o poeta, que já havia matinalmente beijado seu whisky e soluciona rápido. (folha do Acre, ed. 562, p.1, 1927).

Dias depois, artigo assinado pelo advogado, juiz municipal do Território, Giovanni Costa conclama mais uma vez os acreanos a cuidarem da vida política

administrativa do Território, uma área de 191 mil quilômetros, que àquela altura contava então com 100 mil habitantes e renda anual 10 mil contos de reis, sem diretos políticos.

Carecemos despertar dessa illusão, reagir contra o alheiamto com que surrateiramente nos asfixiam, operando um movimento immediato perante os dirigentes do paiz para nossa autonomia.(...)  
 (...)Não ambicionamos emancipação política, queremos apenas alforria da opressão, do despotismo colonial com que opprime e tyranísa o governo federal ( Folha do Acre, ed. 565, p. 1, 1927).

A nomeação de Hugo Carneiro para o cargo de governador do Território Federal do Acre foi mais um motivo para renovar o movimento em defesa da autonomia.

A situação do Acre, na vida administrativa do paiz, tem sido mais ou menos anomala. Depois de uma luta travada durante annos a fio, cujo objectivo essencial consistia na demostraçao dos direitos acreanos a sua representação própria e a um regimen de autonomia completa, conseguiu a referida região que se lhe desse nova organzição administrativa, synthetizadana nomeação de um governador. Se se trata realmente de um grande passo, e a esse respeito merece uma referencia o excepcional interesse com que a presidência do sr. Epitacio Pessoa encarou a situação do Acre, todavia não há duvida de que principalmente se considerarmos o assumpto do ponto de vista da capacidade de contribuição do territorio, seria possível a outorga de um sistema administrativo revestido de maiores franquias. (FOLHA DO ACRE, ed.578, p.1, 1927) .

Não muito tempo depois, em setembro do mesmo ano, o debate em torno da autonomia é retomado de maneira ainda mais acalorada, quando a Folha do Acre, em destaque noticia avanços do movimento autonomista bem como a repercussão do movimento em todo o território e em outros pontos do país.

No corpo do texto da notícia o primeiro destaque é a mensagem do presidente Whashington Luis ao Congresso Nacional na qual reconhece a necessidade expressa posicionamento favorável à reorganização do território de modo a atender o anseio do povo acreano. Em sua fala, o presidente destaca a atuação do governador Hugo Carneiro na elaboração de um plano de governo para sua gestão, documento esse que já considera a perspectiva de uma reforma político-administrativa na área de sua circunscrição. Na mesma matéria, outro ponto relevante é a reprodução do trecho da entrevista do govenador Hugo Carneiro à Folha do norte, do Pará:

Não é possível permanecer a lei actual que annula e cerceia todas as iniciativas, tolhendo por completo todas as iniciativas, tolhendo por completo a liberdade do administrador, que se vê enclausurado automaticamente entre as suas innocuas e contraproducentes disposições a tal ponto que a função do governador se resume na

de um mero burocrata graduado, um simples papa-vencimentos e assignador de expedientes (FOLHA DO ACRE, ed.590, p.1, 1927).

Em sua matéria, o governador Hugo Carneiro chama a atenção para as duas correntes de opiniões, à época: A dos que viam na unificação uma forma de fortalecimento e evolução rumo à autonomia, e a dos que movidos por interesses outros, preferiam o Território bipartido, com Juruá e Tarauacá, abrangendo uma circunscrição e, o Acre e Purus, a outra<sup>23</sup>.

Para Hugo Carneiro, a independência financeira, que a duras penas era conquistada constituía-se em fator decisivo para a tão almejada autonomia. Em defesa da autonomia evidenciou Hugo Carneiro:

Negar á zona do Acre a prerrogativa de ter a séde da capital é, além do mais, uma clamorosa injustiça, pois foram principalmente os seus heroicos soldados que tombaram ás centenas, reconquistando com o seu sangue generosos este solo hoje definitivamente incorporado ao patrimônio nacional. Foi o antigo Departamento do Acre que executou a linda epopé que hoje celebramos e que veio dar o seu nome a todo o territorio conquistado reconquistado. Emfim, a determinação de uma capital não pode ser obra do simples arbítrio, ou de uma escolha despropositada, com desapareço dos fatores de proeminentes que elevam no conceito publico cidades e populações que os apresentam. (Folha do Acre, ed. 590, p.1, 1927).

A edição seguinte publicada em 2 de outubro de 1927, reforçava a notícia da atuação do governador Hugo Carneiro em defesa da autonomia, e por meio da divulgação dos telegramas recebidos dava da articulação, reuniões e opiniões acerca da proposta de Hugo Carneiro. Num cenário ainda de que nem todos pareciam comungar as mesmas ideias, da parte do 1º official da secretaria de policia do Territorio, Francisco de Oliveira conde, veio a proposta de realizar uma consulta pública que fundamentasse e pudesse dar legitimidade à proposta. A proposta foi encaminhada à capital por meio do ofício número 390, recebido em 1 de setembro de 1927.

Neste intuito, s. excia, desejoso de fazer um trabalho que consulte a legitima vontade do povo acreano, concita v. excia. A reunir os elementos mais representativos desse município para lhe suggerirem as aspirações mais ardentemente reclamadas. De posse desse conjunto de suggestões colhidas de todos os municípios, s. excia. Então organizará um ante-projecto afim de ser enviado ao Congresso Nacional anno, em que o qual procurará, quanto possível, attender os desejos manifestados dentro do principio da unificação do territorial. (FOLHA DO ACRE, ed.591, p. 1, 1927).

Do Juruá e Tarauacá não tardaram manifestações pela divisão em duas circunscrições administrativas Acre- Purus e Juruá- Tarauacá. Os argumentos eram de que as dificuldades de comunicação e transporte entre si, a própria conformação geográfica era fatores que impediam que a concretização da proposta de unificação. Assinaram a mensagem em defesa da bipartição publicada na Folha do Acre, na edição 593, de 16 de outubro de 1927, o presidente do Partido Autonomista, Mâncio Lima, o presidente da Associação Comercial,

<sup>23</sup> Na entrevista reproduzida a Folha do Acre, Hugo carneiro deixa clara a opinião de que a bipartição seria um retrocesso na luta pela independência político-administrativa do Território. (Folha do Acre, ed. 590, p.1, 1927).

João Maia, o presidente do Conselho Municipal, Arthur Lima, o presidente do Centro Operario, Melton Moraes, o presidente da Sociedade Homens do Povo, João Pinheiro, o presidente da União Agrícola, Celso Vansconcellos e a venerável Fraternidade Acreana. Manifestação, à qual, do departamento de Xapury e também da capital, chegam posicionamentos contrários.

Conforme telegrama assinado por João Cancio Fernandes, Marcilio Basto, José Rodrigues Leite, Mario de Oliveira, Servulo do Amaral, Achilles Peret, pelo Conselho Municipal e Associação Comercial, sob o argumento de que a bipartição aumentaria a burocracia e despesas manifestam-se contrários a ideia dos cidadãos do Juruá e Tarauacá, e informando sobre estudo do território, documento esse ainda a ser encaminhado ao deputado Silveira, autor da proposta de bipartição propõem os representantes da capital, ampla autonomia, com uma reorganização baseada no autogoverno com assembleia local que legislasse sobre os interesses do Território, um reorganização que permitisse melhor aproveitamento da renda local, melhoria das comunicações para possibilitar o intercâmbio entre os municípios. Reforça a tese, os argumentos da própria história do Acre, do movimento de resistência contra separatismo e a história de nações antigas como a América espanhola e Inglaterra, que para além das colônias espalhadas por diferentes continentes, mantinham vivos o sentimento de unidade.

Sobre tais argumento acrescentam à mensagem via radiotelegrama:

Separção, dividiria o Acre dous Estado ou habitantes Teritorios setenta mil aproximadamente abaixo media maioria nossas capitães Estados ou municípios segunda ordem nos transformaria pseudo republicas Andorra ou San Marino simples expressões geographicas mantidas conveniencias paz internacional PT antes essas considerações entregamos madura reflexão prezados amigos ( FOLHA DO ACRE, ed. 593, p. 1, 1927).

De Xapury também não faltaram manifestações contrárias à ideia de bipartição defendida pelo Alto Juruá.

Pouco tempo depois, na edição 598, de 13 de novembro de 1927, matéria em destaque na Folha do acre informa sobre a predisposição do Governo Federal em manter a unificação do Acre. Conforme a matéria publicada, no dia 18 de julho, o governador do Território do Acre, Hugo Carneiro em comissão da qual faziam parte Gentil Norbert, Castella Simões e Cel. Abosolon Moreira em conferência com o presidente da comissão de legislação de justiça da camara federal, deputado Cunha Machado, pediu a aprovação do projeto do senador Francisco de Sá, que matinha *uno* o governo do Acre, no que recebeu apoio.



Manifestaram-se favoráveis ao pedido do governador Hugo Carneiro, o senador paulista líder do governo na câmara alta da República, Arnolpho Azevedo, e o deputado relator da matéria na comissão de constituição e justiça, Francisco Valladares.

Diante da declaração do senador Arnolpho Azevedo de “que o governa da República não cogita a divisão do Território”, afirmam os editores da Folha do Acre:

A “Folha” vê assim vitoriosa a orientação que se traçou ao discutir essa questão de magna importância para os mais vitais interesses do Acre. (FOLHA DO ACRE, ed.598, p.1, 1927).

Dois dias depois, a celebração do 15 de novembro foi motivo a mais para reforçar o clamor pela unificação como mais um importante passo para elevação do Território. Na edição comemorativa à proclamação da República destaca o edital. Desta feita, a incapacidade do governo central de prover a necessidade do Território foi o argumento central.

A situação actual do povo acreano é quase a mesma dos primeiros dias. O governo federal escassamente provê as suas necessidades, outorgando-nos uma dotação orçamentária que mal chega para as despesas indispensáveis, e o que é peor ainda, sujeita a uma grande demora, já se tendo verificado passarem os funcionarios e os fornecedores do Territorio muitos mezes sem pagamento.

Temos presentemente à testa da administração um governador que, ninguém pode negar, tem revelado notável actividade e constante interesse pelo Acre; mas à míngua de recursos monetários, são grandes as dificuldades que ter terá a vencer.

No dia de hoje, é natural, portanto, que desejemos ver o Acre sob organização política mais favorável ao seu desenvolvimento, ao menos com representantes seus no seio do Congresso Nacional.

Sabemos que o sr. Dr. Hugo Carneiro está elaborando um projeto de reforma do Acre.

Certo, Ella nos trará vantagens, preparando o Território para, unido, alcançar a autonomia. (FOLHA DO ACRE, ed. 599, p. 1, 1927).

Naquele mesmo ano, ainda em novembro de 1927, no artigo intitulado *O Accordo*, a folha do Acre noticiou o desfecho da negociação pela qual a parte a parte mais setentrional do território deixou definitivamente de pertencer ao Amazonas, passando a ser circunscrição do Território do Acre. Sobre a novidade destaca o editorial:

Definida agora, a nossa situação no seio da Pátria, já sabemos que o nosso futuro está nas mãos do governo federal, que tudo poderá fazer pelo nosso progresso, dotando-nos das mais urgentes vantagens políticas, preparando-nos, assim, para a sonhada autonomia. (FOLHA DO ACRE, ed. 601, p.1, 1927).

Não havendo disponíveis para consulta no banco de dados da Hemeroteca Digital publicações dos anos de 1928 a 1945, a etapa desta pesquisa com o objetivo de identificar movimento e discurso em torno da autonomia, chega ao ano de 1946, quando, com o Acre ainda na condição do Território, a Folha do Acre, em sua edição 068, chama a atenção para a importância da assembleia constituinte.

Os atuais representantes da nação devem fazer um esforço de memória, pois deles muitos já estiveram presentes nas assembleias anteriores – 1930-1937 – que o ditador afrontou e anulou. Eles precisam orientar-se no sentido de dar à nação a certeza de que esta está dignamente representada, por gente ciosa de sua missão e disposta a defender, mais pelos atos, que pela retórica. (FOLHA DO ACRE, ed. 68, p. 1, 1946).

### **CAPÍTULO 3 - A FOLHA DO ACRE E INSTRUÇÃO PÚBLICA**

No meio da floresta, os departamentos eram grandes, distantes, sem ligação uns com os outros, com a população espalhada em seringais. No ano de 1904, os territórios se resumiam a vilarejos e pequenas cidades sem infraestrutura, com aspectos rurais.

Em conformidade com a organização escolar do Brasil no período, a Educação iniciou com as escolas isoladas, posteriormente, organizando-se na forma de ensino multisseriado até configurar-se de acordo com a proposta dos Grupos Escolares, um dos mais ousados e completos da história da Educação do país.

Ainda assim, conforme pressuposto pelo Governo Federal, o que havia até então, era uma escola primária que pudesse formar o cidadão inseri-lo no mercado de trabalho para atender necessidade de produção e crescimento da República, além de uma escola secundária voltada às classes privilegiadas. Promover a instrução pública foi um dos desafios dos prefeitos departamentais.

Com o objetivo de superar o “primitivismo” dos habitantes e alcançar o progresso, a partir de 1905, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá, criou as primeiras escolas daquele departamento onde era possível aprender escrita, leitura, ditado, noções de aritmética e português. No Departamento do Alto Purus, em 1912, o prefeito Godofredo Maciel cria o primeiro grupo escolar de Sena Madureira (LIMA, 2012).

Em 1920, a, por meio do Decreto Lei Nº 14.383, o Território foi unificado e Epaminondas Jácome nomeado governador. No que se refere à educação, o principal avanço foi Regulamento da Instrução Pública, que propôs a criação de um grupo escolar para cada município e os alunos deveriam ser distribuídos em classes de ordem numérica, com classificação dos mais adiantados para os mais atrasados.

Em consonância com o que preconizava a educação do país à época, o currículo contemplava disciplinas diversas. Conforme explica Lima (2012, p. 30)

O Regulamento de ensino de 1926 apresentou um programa bem diversificado, estruturado, seguindo os ‘princípios da pedagogia moderna’. A palavra curso passou a ser utilizada com o sentido de caracterizar a noção de corpo que os reformadores pretenderam dar ao conjunto de matérias e seus respectivos conteúdos, organizados sequencialmente no decorrer de quatro anos. No 1º ano as matérias estabelecidas são as seguintes: Língua portuguesa, caligrafia, aritmética, lições de coisas (comportando lições de higiene e educação moral), educação física, exercícios militares e ginástica. No 2º ano além das disciplinas já mencionadas para o primeiro ano, foi acrescentada a disciplina moral e cívica, lições de coisas, geografia e “chorografia” do Brasil, particularmente o do Acre, história do Brasil,

particularmente a do Acre, geometria prática e desenho linear. No 4º ano seriam repetidas as mesmas matérias acrescidas de educação física, exercícios militares e ginástica.

Ainda de acordo com Lima (2012, p. 22)

(...) a situação do território nos seus primeiros anos, se impõe como desafiadora e de grandes dificuldades aos administradores dos Departamentos (Alto Acre, Alto Purus e alto Juruá), referente ao atendimento educacional para seus habitantes. Das dificuldades relacionadas a configuração geográfica da região – administrativo experimentado, passando pela dispersão populacional, posto que os habitantes ocupavam majoritariamente os seringais e não as sedes dos Departamentos, a escassez de recursos financeiros, a ausência de professores formados, bem como a incipiente fiscalização nos estabelecimentos educacionais.

Trabalhando com o termo ‘instrução pública’ como categoria de análise, no decorrer da realização deste trabalho, ao aplicar o termo como filtro para pesquisa no banco de dados da HDB, o sistema apresenta 123 ocorrências. Num primeira leitura do conteúdo foi possível identificar que a expressão instrução pública aparece em diferentes contextos. Por vezes no corpo de textos que informam sobre procedimentos administrativos: movimentação, contratação, cessão de funcionários da instrução pública; em textos que informam sobre solicitação ou envio de documentos relativos à instrução; mensagens de felicitações, e, por fim, chegando ocupar espaço de destaque com a coluna ‘Pela Instrução Pública’. Na impossibilidade de apresentar aqui todas as ocorrências, a decisão foi de trazer para o escopo deste trabalho os textos cujo conteúdo permitem observar questões relativas à organização e estrutura da instrução pública no Acre.

Neste sentido, inicialmente, a *Folha do Acre* informa quanto à política vigente e cobra avanços para a Educação no território. Em artigo que defende o fortalecimento da Instrução Pública no território, o tema também é destaque na primeira edição. Adverte o editor quando descaso da República.

O que realmente tem feito em prol do Acre os poderes constituídos da nossa República, desde que os acreanos lhe restituíram a sua soberania nesta opulenta vasta região? Sobre esse ponto não precisamos insistir em profundas observações. Basta mesmo uma apreciação perfunctória sobre qual o interesse que nosso governo tem tomados nestes últimos tempos pelos negócios do Acre, sobre quais favores que nos tem concedido sobre qual importância que nos tem dispensado em recompensa a nossa lealdade, aos nossos sacrifícios e ao opulento tributo que rendemos. O Acre só o preocupa em relação ao que produz. As suas mais urgentes necessidades, O nosso commercio, a nossa indústria, a instrução dos nossos filhos nada consegue despertar a atenção, sem embargo dos esforços nesse sentido empregado pela nossa dedicação. (Folha do Acre, ed. 1, p.1, 1910).

Afirma ainda o periódico que:

O povo acreano permanece sem direitos, sem garantias, sem meios de promover o preparo intelectual dos seus futuros cidadãos, sem incentivo, sem recurso para o levantamento de sua indústria, de sua lavoura. Mantido sob regimento retrogrado inconstitucional, podemos dizer envergonhados, embora a obra gigantesca do inolvidável Plácido de Castro, libertando-nos da pezada tutela do estrangeiro mas deixando-nos unguídos ao domínio oneroso e infrutífero da nossa própria pátria. (Folha do Acre, ed. 1, p.1, 1910).

Declarando amor à pátria, ressalta o autor do editorial, o desejo, a necessidade de conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Amamos nossa pátria extremecemol-a, queremos-a grande e respeitada. Mas para isso queremos prestar-lhe não só concurso material mas também nosso contingente moral e intelectual, queremos enfim, trabalhar como homens livres nunca como uns escravizados de quem se exige todo o trabalho, a quem se impõe todas obrigações, mas a quem não se concede prerrogativas e os direitos decorrentes do cumprimento dessas obrigações. (Folha do Acre, ed. 1, p.1, 1910).

Na segunda Edição, de 21 de agosto de 1910, a Folha do Acre faz nova crítica a política nacional e reafirma a defesa da instrução no território.

Banidos da Constituição; relegados ao tempo trêda justiça d’El – rei; considerados incapazes de intervirem nos negócios nacionais; ezilados dentro da pátria; carecidos, de tudo, de instrução de telégrafo; de navegação; de serviço postal; de facilidade de transporte, de povoamento para a terra que é fertilíssima, os Acreanos o produto do imposto que pagam o mais – o mais exorbitante do mundo inteiro – aplicar-se em serviços que não lhes aproveitam em melhoramentos que não lhes beneficiam, em prazeres de que não gozam, em sumptuosidade, que nem sequer imaginam. (Folha do Acre, ed.2,p.1,1910).

Posteriormente, na 4ª. Edição, publicada em 20 de setembro de 1910, ao defender a autonomia e unificação do território e abrir a discussão em torno da futura capital, o periódico menciona a ‘educação política dos acreanos.’ Ao mencionar a possibilidade de a Cidade da Empreza tornar-se sede da futura capital, afirma o edital:

“E o Acre só se pôde dizer preparado para a autonomia em um só Estado quando desaparecer do ambiente político, nos três departamentos, a intransigência do que alguns laivos se notam no privilégio que muito à sua localidade conferem de hospedar o futuro governo estadual. A condescendência num ponto de tanta magnitude como esse, além de significar uma louvabilíssima homenagem ao direito do futuro estado de escolher o local da sede do seu governo representa, sem exagero, o mais precioso e positivo symptoma de alto grão de desenvolvimento da educação política dos Acreanos Qualquer sociedade politicamente organizada, *verbi gratia*,

qualquer dos estados da federação brasileira está plenamente satisfeito com sua capital, onde quer que seja, uma vez que faça parte integrante de seu território e satisfação as condições de sua administração, sem que ninguém se marre à pretensão de fazer transferi-la para o município de sua residência.

Face ao reduzido repasse de recurso ao departamento, ainda em 1910, a *Folha do Acre* já chamava a atenção sobre a escassez de recurso para com a educação no departamento do Juruá.

(...) Para o benefício maior que se nos pode prestar – o derramamento do ensino primário e a manutenção do instituto de ensino secundário, já existente, - O Congresso julgou fazer ação patriótica, não consignando, não consignando um real, nessa mísera dotação prefetural, isto é, o Congresso privou os filhos dos maiores contribuintes do mundo, das luzes da instrução, declaram tacitamente que as crianças do Acre não precisam saber ler e escrever! (Folha do Acre, ed.2.p.1,1910).

Na capital da República, o pensamento do presidente ia ao encontro da reflexão proposta pelo periódico recém criado no Departamento do Acre. Na seção de notícias “Officiaes” da mensagem dirigida pelo presidente ao congresso nacional, a *Folha do Acre* destaca o trecho em que se refere sobre a instrução pública:

Não me é lícito deixar sem reparo as condições em que se acha actualmente o ensino. A anarchia qu continua a subsistir em matéria de instrução reclama dos Poderes Públicos as mais urgentes e patrióticas providências. Não há, quer para o Estado quer para o indivíduo, interesse superior ao que se relaciona com a elevação do nível moral e intellectual da collectividade. As instituições docentes e os aparelhos scientificos que possuimos não correspondem, infelizmente a esse ideal . Estando, porém, o caso afeccto à deliberação do Senado.é de esperar seja o Paiz, em breve, dotado de uma Lei que corregindo as imperfeições da legislação vigente, corresponda ás nossas aspirações. ( Folha do Acre, ed.08, p. 3, 1910).

Pouco tempo depois, ao tempo em que crescia o debate em torno da autonomia, em outubro de 1911, reaparece a necessidade de melhoria da instrução. Desta feita, na página 3, espaço destinado à publicidade aos atos a Prefeitura do Alto Acre. Conforme relatório publicado na edição de número 22, a Prefeitura reconhece que o número de escolas em todo o Departamento é deficitário. De acordo com o documento, a deficiência é atribuída à falta de recursos necessários para a organização da educação no Acre. Ao tempo em que pondera quanto à escassez de recursos, a Prefeitura chama o governo da república à responsabilidade:

As verbas até agora concedidas a esta Prefeitura não têm permitido remunerar os actuaes professores de um modo satisfatório, accrescendo que o número destes, em virtudes da exiguidade dessas verbas, é insignificantíssimo, comparadamente com o número de habitantes do Departamento. Basta este facto para que V. Exc. Compreenda a urgência da concessão de elementos para a reforma e desenvolvimento da instrução pública no Acre. ( Folha do Acre, ed. 22, p. 3, 1911).

As informações acerca da precariedade soam como a deixa para reforçar o pensamento do advogado J. Alves Maia, um dos mais ativos colaboradores da Folha do Acre, que por meio o artigo *Pela Instrução* toma para si a causa a educação, e passa a cobrar melhorias para a instrução no Território. Ao citar Platão, Alves ressalta a importância de professores aptos para o ensino.

Não temos escolas a que possamos confiar a instrução dos nossos filhos; as poucas existentes, sem o menor conforto e hygiene, são quasi todas regidas por professoras inábeis, leigas, sem os menores conhecimentos dos princípios que presidem à educação das creanças. Sem fazerem uma ideia justa e elevada de suas honrosas funções, vão para as aulas com uma indiferença e revoltante não ligando nenhuma importância à missão de que se acham investidas. É uma verdadeira lástima... no entanto, não será difícil no governo mandar vir normalistas dos Estados visinhos para regerem poucas escolas aqui existentes.

A criação de um grupo escolar seria uma medida de muito alcance a que experiência a experiência tem mostrado os melhores resultados com esses estabelecimentos. É de esperar, portanto, que o Prefeito deste Departamento Tome o assumpto na devida consideração, rerepresentando ao Governo Federal sobre a necessidade desse empreendimento como um dos mais urgentes e necessários nos dias florescentes das florescente cidades acreanas. (Folha do Acre, ed. 27, p. 1, 1911).

Não, por acaso, no mesmo artigo, o autor chama a atenção para a importância de um Programa para a instrução primária, recomendando, inclusive, o método ‘socrático’ (aulas expositivas) como estratégia de aprendizagem, exames e premiação como forma de avaliação e motivação para os alunos. Na opinião de J. Alves, ser preceptor é ter gosto instintivo pelas cousas que dizem respeito à educação, uma queda necessária pra o ensino. (Folha do Acre, ed. 27, p. 1, 1911).

É possível depreender que as percepções do advogado colaborador a Folha do Acre são argumentos plausíveis para uma sequência de outros artigos em analisa propõe melhorias a instrução no Território Federal o Acre.

O movimento em defesa da educação não ficou restrito às questões de estrutura. Chama a atenção como, à época, eram tratadas as questões metodológicas. É possível observar, sobremaneira, como a classe intelectual toma para si a responsabilidade de conduzir a educação. Em mais um artigo “Pela Instrução” assinado pelo advogado J. Alves Maia, algumas sugestões de medidas para as senhoras e senhoritas preceptoras das escolas elementares do Departamento.

Estabeçam um horário para os discípulos, no qual se distribua regularmente o tempo em que devem ser arguidos nas diferentes disciplinas que constituem o programa de ensino primário.

No fim de cada lição, é de bom alvitre a distribuição de pontos indicativos do resultado que cada um houver obtido. Exemplificamos:

Si o alumno tiver dado a lição correctamente, dê-se-lhe um cartão encarnado marcando 5 pontos. Se por ventura errar duas, forneça-lhe um cartão azul, assignalando 3 pontos.

Si o alumno attingir a mais de dois erros, dê-se-lhe um cartão branco, indicando 1 ponto.

No fim de cada aula, na ocasião de ser feita chamada, serão recolhidos os pontos de cada um, depois de contados e lançados no próprio livro de chamada. No ultimo dia de cada mez, a professora verificará o aproveitamento dos alumnos, declarando approveds, neste ou naquele grão., os que se houvere, destinguido durante o respectivo mez.

O julgamento é facílmo de fazer-se, e por isso, abstemo-nos de ensinal-o.

O grão de aprovação mensal poderá ser designado pelos vocábulos : “distingção, plenamente, simplesmente”.

Em um quadro exposto na sala deverá figurar o resultado desses exames para que os visitantes e interessados d’elles tenham conhecimento. (FOLHA DO ACRE, ed.29, p.1, 1910).

No banco de dados da HDB não há elementos que permitem identificar se o advogado J. Alves era professor ou ocupava algum cargo público que o credenciasse a propor medidas para melhoria da educação no Acre. Desse modo, é possível compreender que, ainda que não tivesse diretamente ligado aos órgãos oficiais de educação, J. Alves, assim como seus contemporâneos integraria grupo de intelectuais que tomaram para si a bandeira do desenvolvimento econômico, político e educacional no Brasil

Articulada com a valorização de ciência com os rudimentos de uma cultura letrada, ela – educação- se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira a apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a construção de uma sociedade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação ( SOUZA, 1998, p. 27).

A educação não era a única preocupação do advogado que, mesmo não estando oficialmente ligado à Folha do Acre, em algumas publicações é identificado como tenente coronel, na condição de profissional liberal, bem relacionado com o poder, colaborador do jornal, os artigos que assinava, Alves expressava seu ponto de vista em relação às condições econômicas, políticas, sociais no Território, bem como apresentava propostas para melhorias.

Ainda na primeira edição, em agosto de 1910, no artigo intitulado *Em favor de um hospital* Alves defende a construção de um hospital. O descaso do Brasil em relação às questões e o exemplo da atenção em saúde em países da Europa são alguns dos argumentos de Maia para reforçar a reivindicação assinada pelo advogado.



E nestas paragens onde um homem precisa desenvolver bastante atividade, não se pode admitir a inexistência de uma officina de reparo de sí próprio um hospital, onde dê entrada e onde se convaalesça das avarias soffridas no trabalho, das enfermidades contrahidas nos surtos arrojados heroicis. Apar do lado material do lado material do problema ainda temos de considerar as vantagens economicas que resultarão de uma instituição d'essa natureza valiosa e importantíssima como temos demonstrado. Explanaremos algumas considerações a propósito dos *seringueiros*: O *seringueiro*, uma vez tendo contrahido alguma moléstia endemica ou soffrido qualquer accidente que o inhiba de continuar em seu labôr, ao revez de ser forçado a baixar ás longínquas praças onde possa ser socorrido, hora com graves danos ao mau ou era com absoluta incisão á bolsa do patrão credor, terá em face da criação de um hospital modelo n'este departamento sido roubado aos perigos os males accelerados e aos registros choques ás finanças do industrial. (FOLHA DO ACRE, ed.1, p.3, 1910).

Na edição de nº 36, J. Alves apresenta nova abordagem dos problemas educacionais. De acordo com o advogado, “as preceptoras da mocidade não procuraram resolver”. Em mais uma publicação da coluna “Pela Instrução”, J. Alves Maia fala sobre a falta de tempo suficiente para os alunos estudarem durante a aula e receberem as explicações.

Presentemente a maioria das creanças chega à escola depois da oito horas da manhã. A professora, quando lhe vão dizer que não *falta mais ninguém*, apparece á aula e, dentro de duas horas, no maximo, julga-se desobrigada da missão que se acha investida, não pairando-lhe no espírito remorso algum pela aceleração com que logrou fazer jus aos minguidos vencimentos...

O prejudicado, porém, com essa pratica é a infância que, entregue a quem não cuida regularmente de sua educação *por falta de tempo*, encontra-se como d'antes, quando não conhecia inda os bancos escolares- jungida cada vez mais ás trevas da ignorância. As lições assim tomadas debaixo d'essa prejudicialíssima precipitação têm effeito negativo absoluto, pois não é crível que dentro de duas horas de possa ensinar a ler e escrever quinze ou vinte creanças. ( FOLHA DO ACRE, ed. 36, p. 1, 1911).

Algum tempo depois, o relatório Dr. Epaminondas<sup>24</sup> é tema de matéria na edição de nº 33. No artigo intitulado Os Amigos do Acre, a homenagem a que deram sua contribuição à história e ao desenvolvimento do Acre como ex-prefeito Epaminondas Jácome, a *Folha do Acre* a importância dada à instrução pública durante sua gestão. De acordo com a matéria, o relatório de prestação de contas anteriormente enviado ao Governo foi a maior evidência do compromisso do ex-prefeito com o progresso do Acre.

Em maio de 1911, considerando o pedido dos moradores de Bagé, por meio da Resolução n. 24, o prefeito do Departamento do Alto Acre, Deocleciano Coelho de Souza,

---

<sup>24</sup> Primeiro sub-prefeito do departamento do Alto Acre.

cria a escola *mixta* “Rio Branco”, sendo designada para tanto, a professora Francisca Alves de Hollanda.

De outra parte, ao ser procurado pela loja *Igualdade Acreana*, para a criação de uma escola pública para ser administrada pela mesma loja maçônica, o prefeito Deocleciano se comprometeu de pronto, oferecendo de imediato, mobília e livros. Aqui vale fazer uma breve retrospectiva do que a chegada da Maçonaria ao Acre, bem como as causas com as quais esteve engajada nos rincões este país.

### 3.1 A MAÇONARIA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ACRE

Ainda que conhecida como uma organização cercada mistérios, a busca pelas informações sobre a Maçonaria foi menos penosa que imaginei. Ao comentar sobre esta pesquisa num grupo e amigos logo descobri alguém, que obviamente, de imediato não se identificou como maçom mas forneceu pistas preciosas de como eu poderia alcançar meu objetivo. Ao contrário do que pensa a maioria as pessoas e conforme explicam alguns e seus membros, a Maçonaria não é uma organização com segredos, porém não secreta. As informações estão em meios impressos e também disponíveis em vários sites na internet.

Com uma origem que remonta aos pedreiros da era medieval, a primeira loja maçônica do Acre foi fundada no município de Xapuri, em 02 de junho de 1904, dentro de uma lancha. A história é contada no artigo escrito por babosa Nunes (283) publicado no site Grande Oriente do Brasil –GOB, Potência Maçônica brasileira, em que reproduz trechos do discurso de um dos membros da Maçonaria acreana, o ex-deputado federal, Osmir Lima, durante encontro da Maçonaria na região. Àquele momento, relembra o parlamentar em que a farta produção de borracha resultava em grande arrecadação de impostos. Os dividendos chamavam atenção do restante do país para o território, que uma vez incorporado ao Brasil, chegou a ser a terceira economia do país, e com a arrecadação da borracha, logo pagou os dois milhões de libras esterlinas exigidos pela Bolívia. Nas palavras de Osmir Lima, o Acre foi independente por duas vezes.

A primeira vez com a República de Galvez, em 14 de julho de 1899, cuja lembrança é a bandeira que nos serve de símbolo, mas de efêmera duração, dissolvida em 15 de março de 1900, por intervenção militar brasileira, que devolveu o território à Bolívia; e a segunda vez com o Estado Independente do Acre, fundado em 27 de janeiro de 1903, que teve seu término com a incorporação ao Brasil através do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, pelo Brasil e a Bolívia.(GOB, 2016).

Ainda na opinião do ex parlamentar, o Acre não deve sua independência ao Brasil, mas sim ao seu povo que a conquistou pelas armas ou pela indenização paga com o trabalho dos seringueiros.

por isso é que começaram os primeiros movimentos autonomistas, e com eles, a própria história da Maçonaria Acreana. Maçons vindo de diversos lugares, atraídos pela riqueza da borracha, mas cultos e formadores de opinião, abraçaram a causa acreana em encontros que antecedem a fundação da primeira loja em nosso território. (GOB,2016).

Depois, em 1906, foi fundada a loja Igualdade Acreana, em Rio Branco. No ano seguinte, em Cruzeiro do Sul, é criada a Fraternidade Acreana. Mais tarde, no ano de 1913, em Tarauacá, foi fundada a loja Libertadora Acreana. Um década depois, em 1923, a maçonaria acreana inicia as atividades das lojas Fraternidade e Trabalho, em Sena Madureira e Tereza Cristina, em Brasiléia, todas sob jurisdição da Grande Oriente Brasil. Conforme revela o artigo:

A Fraternidade Acreana, através de seus líderes, deflagrou o primeiro grande movimento autonomista do Acre, em 1910, cuja aspiração maior era transformar o departamento do alto Juruá em Estado membro da Federação Brasileira.

Um grande sonho dos juruaenses. E foi dentro do templo da Fraternidade Acreana que o Venerável Mestre João Craveiro Costa, professor e escritor, com apoio de outros membros, redigiu o manifesto autonomista, que contou com mais de oito mil assinaturas, encaminhado ao presidente da República, num protesto formal pelo abandono em que se encontrava a região.

No decorrer de toda a nossa história vários protestos e movimentos libertários foram feitos, sempre com a presença ou por iniciativas de verdadeiros maçons. O último deles, o movimento autonomista que transformou o Acre em Estado membro da federação brasileira, no ano de 1962, do qual, por registro oficial, sou o único remanescente. Teve, também, a participação decisiva de vários maçons acreanos, todos do GOB, única potência maçônica existente em nosso Estado à época (GOB,2016).

É possível observar, portanto, a estreita relação da Maçonaria com Poder Público, bem como sua participação na tomada de decisões e o envolvimento com causas que, ainda que atendam interesses vários, vão ao encontro dos anseios sociais, como serviços educacionais, de saúde, assistência social e promoção do trabalho. As iniciativas iam além dos movimentos pela independência e autonomia. Enquanto organização que, por princípio, considera a educação uma meio para transformação do homem, assim como outros grupos formados por intelectuais, a Maçonaria também tomou para si a defesa pelo desenvolvimento na instrução pública no Acre.

### 3.2 O REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO ALTO ACRE

Em julho do mesmo ano, com a redação sob o comando de Gentil Norberto, a Folha do Acre volta a abordar o tema instrução pública. Mais uma vez o Governo Federal é chamado à responsabilidade no sentido de ofertar educação de modo que pudesse corresponder à necessidade de preparo intelectual dos futuros cidadãos, com métodos seguros que garantissem o estudo das crianças.

É certo que neste Departamento não temos ainda definitivamente organizada a instrução pública. As escolas que possuímos são deficientes, comparadas ao número a que se eleva a nossa população, e, além disso, se resentem de melhoramentos que as habilitem a preencher as necessidades do ensino. Essa falta, como é sabido, se origina da escassez dos recursos concedidos á nossa Prefeitura (Folha do Acre, ed. 44, p. 1, 1911).

Na edição de nº 44, de 2 de julho de 1911, a Folha do Acre apresenta ao leitor o regulamento para a instrução primária do Departamento do Alto Acre, Baixado pela resolução nº 34, de 28 de outubro de 1908. A publicação dá publicidade aos cinco primeiros capítulos.

No capítulo I são expressas as normas para a organização do ensino primário, que pode ser público ou particular. De acordo com o documento, o ensino poderia ser ministrado em escola para pessoas do sexo masculino ou para pessoas do sexo feminino, ou ainda em escolas mistas, criadas e mantidas pela Prefeitura, ficando as particulares sob responsabilidade da iniciativa particular. A resolução estabelece ainda uma instrução primária gratuita, leiga e obrigatória.

Ainda em seu capítulo I, artigo 4º a resolução estabelece o ensino primário dividido em três graus, formando ao todo, um curso de 6 anos, 2 para cada grau. Conforme o estabelecido, a instrução do 1º grau compreenderia o ensino concreto de formas, cores, números, dimensões, tempos, sons, qualidade dos objetos e medidas; leitura e redação; as quatro operações matemáticas, problemas; narrativas, canto coral; ginástica pedagógica e noções de higiene.

No segundo grau, o currículo incluía leitura, escrita, ditados e recitação; gramática; história natural e vida prática; geografia geral; história do Brasil; observação e comentários sobre fatos da vida escolar e social.; canto coral; ginástica, exercícios, marchas e noções de higiene.

No terceiro grau, os estudos eram aprofundados com conteúdos que incluíam sistema métrico; geometria; corografia, particularmente da região Amazônica; noções de físicas naturais, instrução moral.

O capítulo II tratava do regimento escolar. As matrículas ocorriam entre 15 de fevereiro e 31 de março.; depois, sempre nos primeiros dez dias de cada mês, até 10 de outubro. Poderiam ser matriculados alunos com idade entre 6 e 14 anos. Pessoas com doenças infecto-contagiosas não era aceitas. Meninas também não poderiam estudar nas escolas para meninos e vice-versa. O ano letivo iniciava no primeiro dia útil de março e encerrava no último dia útil de novembro. As aulas aconteciam todos os dias úteis, das 8h às 12h, exceto às quintas-feiras. Os livros adotados deveriam ser aprovados pela Inspeção Geral da Instrução.

No capítulo III, são detalhadas as normas para realização dos exames. O primeiro exame, uma parcial das disciplinas estudadas até o fim do primeiro semestre letivo, era realizado na segunda quinzena de junho. Era um exame oral para os alunos dos 1º e 2º graus e escrito para os alunos do 3º grau. Na primeira quinzena de dezembro era realizado o exame para a passagem de um a outro grau ou finais, para os concludentes do 3º grau. Os exames incluíam prova escrita e oral, sendo o exame do 2º grau um ditado de 15 linhas no máximo e prova oral de perguntas fáceis sobre as matérias lecionadas. O exame de 3º grau versava sobre análise gramatical de um pequeno período e prova oral sobre as matérias do curso. Os exames, com duração de, no máximo, duas horas, eram prestados perante uma comissão presidida pelo inspetor escolar. Integravam essa comissão, o professor e mais duas pessoas convidadas pelo inspetor.

Além das provas orais e escritas, havia ainda prova prática de canto coral, ginástica, exercícios e marchas. As notas correspondiam aos conceitos “ótima, boa, sofrível e má”, correspondendo respectivamente às aprovações, distinta, plena, simples ou reprovação. Os alunos aprovados faziam jus ao certificado que lhes daria o direito a preferência para regência interina de aulas e para ocupar cargos públicos departamentais.

No capítulo IV, o regulamento para a instrução primária estabelece as atribuições do da direção e inspeção de ensino. Ao prefeito do departamento, por meio da Secretaria Geral, era atribuída a ‘direção suprema’ do ensino. Ao secretário geral da Prefeitura cabia cumprir o papel de Inspetor Geral da Instrução Pública, responsável pelo trabalho dos inspetores escolares, exercido nas escolas. Em cada cidade onde houvesse uma escola, havia um inspetor que, preferencialmente, seria uma autoridade policial ou qualquer cidadão habilitado para exercer o cargo gratuitamente.

Ao inspetor geral cabia zelar pelo cumprimento do Regulamento da Instrução primária, informar petições; encaminhar à secretaria a matrícula dos professores licenciados para o ensino, informar o prefeito sobre vagas; remeter à Contadoria dados de frequência; corresponder-se com inspetores escolares e professores sobre assuntos relativos à instrução.

Aos inspetores escolares cabia zelar pela rotina escolar. Os inspetores eram as pessoas responsáveis por inspecionar unidades públicas e privadas e informar a Inspeção Geral sobre eventuais irregularidades. O inspetor escolar era também a pessoa responsável por efetuar matrículas; informar dados de frequência, transferência, conduta dos alunos; relatar e distribuir material escolar; zelar pelo cumprimento do programa de ensino; atestar o exercício dos professores; nomear pessoas para compor as comissões de exames; organizar o regimento interno das escolas; elaborar relatórios e encaminhar à Inspeção Geral o movimento das escolas sob sua jurisdição.

O documento apresentado inicialmente na edição de número 44, tem continuidade na edição seguinte, publicada em 9 de julho de 1911. No capítulo V, o referido documento definia pré-requisitos para exercer a função de professor. Para atuar em sala de aula era necessário ser cidadão brasileiro, ter 19 anos de idade (mulher) e 21 (homem); não portar nenhuma doença contagiosa; ter boa conduta e ser titulado por alguma escola normal<sup>25</sup>.

O Regulamento admitia ainda que falta de pessoas com os requisitos exigidos poderia ser nomeado para a função alguém que se submetesse ao exame baseado nas matérias do programa escolar. Para além das atribuições relativas às atividades em sala de aula, manter a ordem na escola, zelar pelo asseio dos alunos e neles inculcar, por uma conduta irrepreensível, exemplos de moralidade e amor ao estudo. Uma vez que residiam na unidade escolar, aos professores era vedado ausentar-se da escola nos dias de aula sem licença; infligir castigos corpóreos aos alunos; exercer outro ofício incompatível com a função de professor. Ocupar os alunos com atividades estranhas ao ensino.

Sobre o ensino particular, no capítulo VI, o Regulamento para a Instrução Primária no Território normatiza o ensino particular por nacionais ou estrangeiros, sob a inspeção do Inspetor Geral e do Inspetor Escolar local.

O documento estabelece ainda normas relativas a direitos e deveres de professores e alunos, normas para contratação de professores, nomeações e regras para ordem do serviço,

---

<sup>25</sup> Escola de formação de professores para o ensino elementar. Proposta pela convenção de Paris em 1795, no Brasil, a primeira proposta de formação de professores começou a materializar-se logo após a independência do Brasil quando se cogita a organização da instrução popular. (SAVIANE, 2009)

licenças e férias. Os cargos de inspetores e professores eram de livre nomeação e demissão do prefeito.

Publicado, por parte, nas edições de número 44 e 45, o Regulamento Para a Instrução Primária no Departamento do Alto Acre tem os últimos capítulos publicados na edição de número 49, de 6 de agosto de 1911.

O capítulo IX trata das penas disciplinares para os professores que iam da advertência, repreensão verbal, perda da gratificação, suspensão à demissão. Aos alunos, as penalidades podiam ser na forma de advertência, repreensão, que podia ser em particular ou na presença de outras pessoas, e retenção, que podia ser de até, no máximo, uma hora após conclusão das atividades escolares.

O capítulo X do regulamento versa sobre os proventos, que variavam entre 100\$000 e 350\$000.

No capítulo XI, que trata das Disposições Gerais, o poder público informa quanto aos meios para financiamento da educação. Em conformidade com os recursos próprios do Departamento, às escolas era garantido material escolar indispensável ao cumprimento do programa de ensino.

Ainda de acordo o regulamento, aos alunos que não podiam frequentar as aulas diurnas era garantido o direito de acessar escolas noturnas- para adultos e menores, que poderiam ser criadas pelo prefeito, conforme a necessidade.

Por meio da publicação da Resolução nº 22, de 8 de maio de 1911, o leitor é informado sobre a criação de mais uma escola na gestão do prefeito Deocleciano Coelho de Souza na cidade de Xapuri. A nova escola mista deveria reunir-se às outras já existentes para formar o grupo escolar Rivadávia Corrêa.

Compondo-se o seu corpo docente de três professoras com os vencimentos mensaes de tresentos e cinquenta mil réis (350\$00) sendo designado sendo designado uma dellas pelo prefeito para accumular as funcções de directora com os vencimentos integraes de professora publica e mais uma gratificação de cento e cinquenta mil réis (150\$00) por mez e cem mil réis (100\$000) para expediente escolar. (Folha do Acre, ed. 38, p. 6, 1911).

Ainda na mesma edição, a coluna *Ineditoriaes* convida para a inauguração do Colégio Maçônico Dr. Lauro Sodré, no dia 14 de julho de 1911. A nota informa ainda sobre o início do período e matrículas e horário de funcionamento a escola voltada à escolarização de adultos.

Considerando a reorganização do Departamento do Alto, então sob administração de Deocleciano Coêlho de Souza, em 1913, na coluna ‘Folha Oficial’, ao informar sobre atos administrativos da Prefeitura do Alto Acre, inclusive transferência da gestão de espaços para Intendência e a manutenção da destinação de alguns para serviços da Prefeitura, a *Folha do Acre*, em sua edição número 122 informa sobre a garantia do espaço destinado a instrução pública.

- Lote n. 188. – Terreno destinado a Instrução Publica. – Area 1.500 metros quadrados. Perimetro 190 metros lineares. Limita-se ao Norte com lote n. 183; a Leste com os lotes ns. 159, 161 e 163; ao Sul com a avenida Brazil; a Oeste com o lote n. 189. (Folha do Acre, 145,p.1, 1913).

No ano de 1914, a edição de número 154 informa sobre o desenvolvimento da instrução pública na cidade de Xapuri.

(...) além de outros pequenos melhoramentos, a nossa instrução pública cuidada com o máximo carinho por parte da administração. Sobre este importante ramo administrativo sentimo - nos satisfeitos em registrar o progresso sensível que se nota em nossas escolas. Temos uma frequência diária de pouco menos de 80 alumnos nas duas Escolas dessa cidade esse numero tenderá a augmentar e augmentará brevemente, pois, de toda parte chegam crianças quasi diariamente a fim de se matricularem.

Por outro lado temos o ensino particular que também não é descurado em nosso meio e para o qual também dedica a sua atenção o nosso Intendente.

Poz s. exc., à disposição de quem quizesse estabelecer pois sua excelência a disposição de quem quizesse estabelecer uma aula nocturna, um salão do edificio onde funcionam as escolas publicas . Aproveitando a boa vontade do sr. Intendente, o professor da Escola Afonso Pena, sr. Bolívar , abrio uma aula nocturna que funciona todas as noites das 19 às 21 horas, já tendo uma frequência de cerca de 10 alumnos. Essa aula foi aberta á 1 do corrente e apresenta-se sobre muito bons auspícios. (Folha do Acre, ed. 154, p. 1 e 2, 1914).

Acompanhando a dinâmica social e econômica da época, também no ano de 1914, a *Folha do Acre* em sua edição nº 161, por meio da publicação dos radiogramas, - serviço especial e direto da *Folha do Acre* - informa sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial no Brasil e no Mundo. Na mensagem do Intendente, Coronel João D’Oliveira Rôla, apresentada aos *vogaes* do Conselho Municipal de Rio Branco, a Intendencia Municipal expõe a insuficiência de recursos financeiros para a instrução pública.

Devido à insuficiência das rendas municipaes, para os múltiplos serviços a cargo desta Intendência impossível tornou-se tomar ella a seu cargo as despezas da instrucção pública, continuando a funcionar no Município algumas escolas por conta da Prefeitura graças ao espírito de pátriotismo do digno e preclaro chefe do Departamento que bem comprehende a indeclinável necessidade de manter-se esse



ramo da administração pública, e a situação precária da Municipalidade, impossibilitada de receber novos encargos, pelo menos durante este anno. Penso que no anno vindouro devemos prover essa necessidade, tanto quanto nos permita os recursos de que possamos dispor, organizando a instrução municipal de forma a propagar eficazmente o ensino, tornando-o acessível á mocidade acreana, afim de que possam preparar para os surtos brilhantes da civilização do progresso os nossos futuros concidadãos, legítimas e verdadeiras esperanças de nossa Pátria. ( Folha do Acre, ed. 161, p.3, 1914).

Nessa perspectiva, conforme esclarece Souza (1998, p.27), as políticas educacionais se materializam como elementos para consolidação do Regime Republicano, em que ressalta-se a educação como necessidade política e social, um instrumento de formação do cidadão, sendo a alfabetização, portanto um exigência necessária ao exercício da cidadania. O conceito de progresso estaria, portanto, atrelado à capacidade de a acompanhar esse movimento de transformação de uma sociedade antes não instruída, para uma sociedade alfabetizada capaz de atender os anseios da gestão departamental.

Sobre a aplicação dos recursos, a informação se apresentava na forma de relatórios oficiais. A edição número 200 de 15 de maio de 1915 informa sobre os vencimentos dos funcionários públicos, inclusive, da Instrução Pública durante a gestão do então prefeito Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro<sup>26</sup>.

A tabella dos vencimentos dos funcionários da Prefeitura, com a redução feita pelo sr, Prefeito, dr. Augusto Monteiro, attendendo a situação actual das finanças da mesma Prefeitura ficou assim organizada. (...)

(...) INSTRUÇÃO PUBLICA

|  |          |
|--|----------|
| 2 Professoras na sede ( cada uma)..... | 300\$000 |
| 1 Professor nocturno.....              | 300\$000 |
| 1 Professor em Porto Acre.....         | 300\$000 |
| 1 Professor em Xapury.....             | 300\$000 |
| 1 Professor em Brasileia.....          | 300\$000 |

( Folha do Acre, ed. 200, 1915, p. 2).

Na edição 386, de novembro de 1921, o balancete da Intendência de Rio Branco detalha despesas administrativas. Entre informações sobre a receita, expõe o documento despesas com materiais, obras e melhoramentos, iluminação pública, materiais de expediente, e vencimentos dos funcionários. Àquele momento, a despesa com vencimentos de professores e material escolar foi da ordem de 1.145\$500.

<sup>26</sup> Parlamentar, defensor da reorganização do Departamento do Alto Acre, que em 1915 foi nomeado prefeito do Departamento. A chegada do dr. Augusto Monteiro ao Acre é anunciada na Folha do Acre, edição 197, de 25 de abril de 1915.

## INTRUCÇÃO PUBLICA

## VENCIMENTO DE PROFESSORES

Pagos aos seguintes os seus vencimentos:

|  |          |
|--|----------|
| Judith de Oliveira, maio e junho .....       | 460\$000 |
| Juvencio Ferreira de Freitas, fevereiro..... | 150\$000 |
| Francisco Enoé Maia, fevereiro.....          | 300\$000 |
| Newtonde Oliveira Rôla.....                  | 200\$000 |

## COMPRA DE MATERIAL:

Pago a Mahmud Sacór<sup>27</sup>, pelo fornecimento de material

Escolar no mês .....

1.145\$000

(Folha do Acre, ed. 386, 1921, p. 3).

No relatório do intendente major Ramiro Affonso Guerreiro, além de dos valores aplicados, é possível observar as modalidades então existentes.

## Tabella C

## INSTRUCÇÃO PUBLICA

## PROFESSORADO

| Pessoal                                  | Mensais    | Annuaes     |
|--|------------|-------------|
| 4 Professoras nas escolas mixtas na séde | 1:200\$000 | 13:000\$000 |
| 1 Professor na séde (escola nocturna)    | 200\$000   | 2:400\$000  |
| 1 Professor na colonia Gabino Besouro    | 240\$000   | 2:880\$000  |
| 1 Professor na colonia Deocleciano Souza | 190\$000   | 2:280\$000  |
| 7 professores no seringaes               | 1:260\$000 | 15:120\$000 |

(Folha do Acre, ed. 439, 1922, p. 3)

Tempos depois, no ano de 1927, sob a administração de Alvaro Arnoso de Mello Leitão, a Intendência Municipal de Rio Branco sob alegação da necessidade de reformar mobiliário e comprar material escolar, apresentando lista de exposição de motivos, solicita crédito suplementar para custeio da instrução pública no Território.

Considerando que a dotação de Rs 2:400\$000, do 14 do art. 3º da lei acima citada e rubrica referida é insufficiente para fazer face ás despesas já effectuadas, sendo de prever a necessidade da aquisição de outros artigos no decorrer do anno ;-e, Usando das attribuições que por lei lhe são outorgadas, RESOLVE Ad- referendum do Conselho Municipal:- Art. Único. Ficam abertos no orçamento vigente credits supplementares de dois contos e quinhentos mil reis (2:500\$000) e de quinhentos mil reis ( 500\$000), ás consignações dos §§ 9º o 14º do art. 3.º da lei n. 131 de 24 de outubro de 1925, em vigor, verbas “Acquisição de mobiliário e artigos expediente para as escola Municpaes” e “Expediente da Secretaria de intendenciaa”, respectivamente,

(Folha do Acre, ed.570, 1927, p. 3).

Para além das medidas administrativas da intendência com vistas a garantia de recursos para a instrução no território, a lei orçamentária n. 147, de 22 de outubro de 1927, estabelece valores para despesa com proventos e gratificações dos professores, bem como

<sup>27</sup> Comerciante, fornecedor no Departamento

recursos para a realização de eventos - Dia das crianças, à época denominado Festas infantis- e aquisição de prêmios para os alunos que se destacassem nos exames do ano de 1928.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

§10- VENCIMENTOS do professorado Municipal, conforme A Tabella D.....57:600\$000

§11º- MATERIAL – INSTRUÇÃO PÚBLICA, compreendendo:

- a)- Aquisição, reforma e limpeza do mobiliário;
- b)- Transporte de mobiliário;
- c)- Aquisição de livros e artigos destinados ao expediente das escolas;
- d)- Aquisição de objectos para prêmios aos alumnos que mais se distinguirem no exames do anno lectivo;
- e)- Gratificações additionaes a professores de accordo comk n.IX do art.25

.....22:400\$000

SOMMA RS.

.....90:000\$000

( Folha do Acre,ed.599,1927,p.3).

No que se refere à estrutura, matéria publicada na coluna Echos e Notícias da Folha do Acre, edição 198, informa como configurou-se o grupo escolar no Acre.

Um dos nossos collegas, no decorrer de uma palestra que entreteve com o ilustre Professor Benjamin de Mello, que na atual administração do Departamento vem desempenhar a importante função de Director da instrução Pública, abordando este assumpto conseguiu saber que o grupo escolar a ser fundada nesta cidade compreenderá três escolas, sendo uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino e a outra mixta. Esta última será para as creanças de 8 ou 10 annos de idade, matriculando-se as dessas idade para cima nas duas outras, respectivamente. O plano de ensino será calcado sobre o methodo intuitivo e racional, de accordo com os modernos processos pedagogicos geral adoptados hoje em dia e que tão proveitosos os fructos são produzidos no aproveitamento da intelligência na infância. ( Folha do Acre, ed.198, 1914, p. 2).

Articulada e sempre com o olhar sempre voltado ao movimento da política nacional , entre os radiogramas publicados na edição 156, no ano de 1914, a *Folha do Acre* informa sobre a comissão de instrução pública na Câmara de Deputados.

RIO, 24- A comissão de instrução publica da Camara de Deputados elegeu seu presidente o dr. Thomaz Delfino dos Santos Deputado pelo Distrito Federal e presidente interino da comissão executiva do P.R.C. desta capital. ( Folha do Acre, ed.156, 1914p.2.).

No movimento de acompanhar o desenvolvimento da instrução no país, a Prefeitura do Alto Acre, então sob o comando do Dr. Deocleciano Coêlho de Souza, conforme divulgado na coluna **Folha Oficial**, officia aos estados de São Paulo, Pará e Distrito Federal informações sobre o Regulamento da Instrução Publica dos referidos estados.

Ao senhor dr. Secretário do Interior do Estado de São Paulo solicita-lhe a remessa de um exemplar do Regulamento da Instrução Publica daquele Estado, por desejar dar a deste Departamento uma feição mais moderna mais ampla e de acordo com as que mais se destacam no Paiz.

Ao exmo. Sr. dr. Samuel Barreira, Prefeito do Departamento do alto Purús, idem a solicitação do regulamento da Instrução Pública da Prefeitura daquele Departamento.

Ao sr. dr. Secretário da Prefeitura do Districto Federal, idem a solicitação do Regulamento da Instrução Pública daquela Prefeitura.

Ao sr. dr. Secretário do Interior do Estado do Pará idem solicitando Regulamento da Instrução Pública sobre a organização dos grupos escolares. ( Folha do Acre, ed. 176, 1914,p.3).

Ainda sob a gestão de Deocleciano Souza, a coluna Folha Oficial da edição 175 da Folha do Acre informa sobre a realização das Conferencias Escolares realizadas em Cruzeiro do Sul.

Do sr. dr. João Carneiro Costa, Inspetor da Instrução publica do Cruzeiro do Sul, rementtendo um exemplar das “Conferencias Cívicas e Escolares”, realizadas naquella cidade, por iniciativa do mesmo inspetor, no anno de 1913 proximo findo. (Folha do Acre, edição 175, 1914, p. 3).

As conferências escolares em reuniões públicas com participação de autoridades e pessoas da comunidade nas quais eram tratados assuntos de relevância para a sociedade como saúde, educação. Como ocorre ainda nos dias atuais, as conferências eram convocadas pelo Poder Público. Àquela época, as conferências escolares podiam ser chamadas pelo Governador, Inspetor Geral ou Delegados. A mobilização para o envolvimento era feita por meio de radiograma ou telegrama.

A realização do evento também era tema de artigos publicados na Folha do Acre. Na edição 376, publicada em 15 de setembro de 1921, a opinião pública toma conhecimento do que foi tratado em conferência pública sobre saúde.

Nas duas ultimas conferencias medicas realizadas no Grupo Escolar 24 de janeiro” de 3 a 10 do andante, o dr. Delegado de Saude nesta capital dissertou sobre o flagelo que mais concorre ao quadro de morbilidade regional – as verminoses – que também representa papel de destaque na nosologia<sup>28</sup> amazônica. ( Folha do Acre, ed. 376, p. 1, 1921)

Ao tempo em que informa, o periódico convoca a sociedade civil a aliar-se ao Poder Público no combate à doença.

---

<sup>28</sup> Ramo da medicina que estuda e classifica as doenças

E, si as verminoses são tão comuns entre nós; si a quase totalidade dos tenros organismos se acha sofrendo os efeitos maléficos de invasão de toda espécie de parasitos intestinaes; si tão disseminado flagelo pode ser conjurado, atenuado ou erradicado; cumpre-nos o imperioso dever de oferecer-lhe lucta aberta, eficaz, definitiva, pois está ao alcance de conseguil-o pela pratica systematica das regras de hygiene, no cuidado pelo vestuário, pelo calçado, pela alimentação,; emfim, por todos os preceitos relativos ao asseio corporal. ( Foha do Acre, ed. 376, p. 1. 1921).

É possível, portanto, observar a adoção do termo conferência para se referir a atividades educativas abertas à comunidade edição de nº 129, notícia sobre a fundação do Ginásio Acreano informa sobre o Regimento Interno da unidade escolar que a organização de conferências para o ensino de educação cívica e moral.

A educação cívica e moral será dada por meio de conferências públicas sobre o assumpto effectuando ahi, os alumnos, exercícios de elocução e declamação. O ensino religioso cathólico será inteiramente facultativo obedecendo aos princípios da mais rigorosa tolerância para com todas as crianças. (Folha do Acre, ed. 129, p. 3, 1913).

No artigo em prol da instrucção, a directoria geral da instrucção, Raphael Guedes Corrêa e a direcção do grupo escolar 24 de Janeiro faz o chamamento aos pais de alumnos para que matriculem seus filhos. Outrossim, informa ainda a matéria sobre investimentos para a garantia da permanência do aluno na escola.

Assignado pelos srs. Drs. Raphael Guedes Corrêa Gondim e Amanajós de Araújo director geral da instrucção pública e director do grupo escolar '24 de Janeiro, respectivamente, recebemos o seguinte comunicado:

Senhor redactor da FOLHA DO ACRE cordiaes saudações.

Pretendendo as directorias da Instrucção pública e do grupo escolar "24 de Janeiro", desta cidade, dar a maior expansão possível ao desenvolvimento da instrucção pública no Departamento, solicitam a V. S. que se digne de comunicar em citar pelas columnas do órgão que brilhantemente redige a todos os paes de creanças pobres, que pomos absoluto empenho em curar da educação das mesmas e que devem matricular-las já no incio do anno lectivo, nas aulas do mencionado Grupo.

Aquelles que forem de todos desprovidos de meios pecuniários, a Prefeitura fornecerá a roupa, calçado, material escolar e tudo mais que for necessário.

É nosso intuito fazer as escolas mantidas pela Prefeitura, centros de bondade, de amor, de energia de patriotismo, curando do corpo, da alma e do intellecto dos alumnos, preparando assim o advento de uma era de grandeza nova para este Departamento.

Pela publicação deste comunicado, agradecemos etc." ( Folha do Acre, ed.304, 1920, p. 1).

As palavras do diretor da instrução imprimem destaque a uma nova proposta propostas que para além de ensinar a ler, escrever e as quatro operações vislumbrava a formação do indivíduo para a vida.

Sobre a organização da instrução pública no Território do Acre, informa ainda a Folha do Acre na sua edição 391, sobre a nomeação de uma comissão para elaboração do projeto de unificação da instrução pública.

O sr. dr. Governador nomeou uma comissão composta dos srs. Drs. Amanajós de Araujo, Lopes de Aguiar e professor Quintela Junior, para orgnisar um projecto unificando a instrucção publica do Territorio. (Folha do Acre, ed. 391, 1921, p. 1).

Presente em mais de 100 edições, é a partir da década de 20 que a Folha do Acre dá mais destaque a tema instrução pública no Departamento do Alto Acre. É exatamente no ano de 1992 que a 441 traz a seção Vida Escolar para informar sobre o fim do ano letivo no Grupo Escolar “7 de Setembro” marcado pela visita do governador em exercício e distribuição de prêmios oferecidos pela Prefeitura aos alunos que se destacaram durante o ano letivo.

Antes, porem, de começar a distribuição usou da palavra o dr. Augusto Pamplona, director da instrucção publica, que produziu magnífico discurso no qual mostrou quanto o governador Epaminondas Jacome pela instrucção publica do Territorio, cujo numero de escolas augmentou extrarodinarriamente durante o anno de 1922. ( FOLHA DO ACRE, edição 441, 1922, p. 2).

Um ano depois, em 1923, artigo Os Magnos Problema Acreanos é assinado por Pinheiro Távora<sup>29</sup> chama a atenção das autoridades federais para a causa do Acre e cobra melhorias para a instrução do Território.

Paralelamente a este assumptos ou questões de alta relevância para a vidaprogressiva daquelas regiões brasílicas, e portanto, pelo todo que nos é berço, agitam-se os problemas da instrucção publica, do povoamento do solo acreano, das comunicações internas entre os Municipios e por fim o mais serio e complexo de todos elles, por decorrer a sua solução dos demais problemas solucionados na sua

---

<sup>29</sup> Manoel Pinheiro Távora, membro da Academia Pró- Autonomia do Acre, entidade proposta pelo estudante Orlando Bezerra de Souza e fundada em 1917, à rua da Quitanda, no Rio de Janeiro. Organização que tinha como objetivo propagar e defender a autonomia do Território, para tanto realizando conferencias públicas no Rio de Janeiro e outros pontos do país bem como publicar e distribuir manifestos, livros, folhetos, periódicos voltados para tal fim (Folha do Acre, ed. 209, 1917, p. 1)

totalidade, que é o problema da autonomia acreana. (FOLHA DO ACRE, ed. 451, 1923, p. 3).

Em 1927, na administração do governador Hugo Carneiro, artigo publicado na edição de 21 de agosto de 1927 informa sobre o movimento para a organização do ensino profissional no território. O plano de ensino apresentado ao governador pelo engenheiro agrônomo, Frederico Schimdt e pelo diretor da instrução pública do território Lopes de Aguiar compreendia três capítulos: o primeiro com a exposição de motivos; o segundo delineava o programa distribuído por três séries e o terceiro com o estabelecimento de horário. A proposta incluía lições bi-semanais além de passeios quinzenais e trabalho de campo dirigido pelos professores nos pomares, hortas, museus, parques, florestas.

Conforme evidencia o artigo, para o governo Hugo Carneiro a escola moderna, mais que ensinar a ler e escrever e contar deveria preparar o aluno para a vida. Efectivamente, a orientação hodierna da pedagogia é no sentido de introduzir na instrução popular o ensino profissional, de character essencialmente pratico, além de satisfazer ás necessidades actuaes da sociedade. Assim é que, as maiores autoridades em questões pedagógicas mostram que é dever do Poder Publico não se limitar a dar combate ao nalphabetismo, mas alargar a sua esphera de acção e educar a criança na pratica de officina de campo de experimentação, de sorte que o menino se ‘apparelhe para a luta, para agir no meio em que vive, auferindo resultados immediatos do seu trabalho. ( FOLHA DO ACRE, ed. 585, 1927, p. 1).

Na edição seguinte, de 28 de agosto de 1927, no artigo intitulado Pela Instrução, o diretor da instrução pública do Acre, Lopes de Aguiar, apresenta ao governador Hugo Carneiro o relatório sobre a situação da instrução no território – estatísticas, localidades, matrículas e frequência – bem como sugestões para melhorias da instrução publica no Acre. As medidas incluían a manutenção do curso de quatro anos nos grupos escolares, exigência de prova de habilitação para o exercício do magistério, construção de um grupo escolar no segundo distrito de Rio Branco, melhoria dos espaços físicos, estabelecer o ensino profissional na escola primária, extinção do curso secundário e obrigatoriedade do ensino primário, bem como impressão e distribuição de materiais informativos – folhetos- do regulamento da instrução pública e programa de ensino.

Ainda no ano de 1927, o relatório da Intendência Municipal, publicado na edição nº 588 alerta para os problemas do ensino municipal, no que se refere a frequência e material anuncia medidas com o objetivo de garantir o aumento das matrículas, a permanência dos alunos na escola e a fiscalização do ensino. Para tanto solicita a intendência que a Direção

geral da Instrução Pública, responsável pela inspeção e fiscalização das escolas do Território, que se encarregue também das do Município.

Como complemento dessas medidas a meu alcance, solicito do vosso esclarecido opatriotismo a decretação do que cogita o n. 19 do art. 36 do Dec. 14383, de 1 de Outubro de 1920<sup>30</sup>, para que possamos ajudar o professorado no trabalho de intensificação da matrícula e frequência das escolas a seu cargo. ( FOLHA DO ACRE, ed. 588, 1927, p. 2).

Na edição 594, do dia 23 de outubro de 1927, a seção Pela Instrução anuncia a aprovação do programa para o ensino agrícola nas escolas primarias do Território. A medida em sintonia com a política vigente, corrobora para um projeto de educação voltado a formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

---

<sup>30</sup> Decreto que reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da Imprensa em terras acreanas é resultado de um movimento que ocorre em todo país, desencadeado pelo avanço do capitalismo, que entre outras transformações, promove o desenvolvimento da imprensa que começa a se organizar em torno das questões que envolvem o desenvolvimento do Brasil e aspirações sociais, sobretudo, das chamadas elites, grupos de pessoas que detinham a condição intelectual e material para acessar e distribuir informações. Esses grupos normalmente se organizavam em torno da difusão de suas ideias e aspirações políticas.

Nesse contexto, portanto, é fundado o jornal *Folha do Acre*, que embora se declarasse ‘órgão dos interesses do povo’ contava com um diretivo formado por profissionais liberais e oficiais militares. Não por acaso, estavam seus fundadores ligados a partidos políticos que naturalmente detinham interesses e objetivos hipoteticamente distintos do que interessaria à grande maioria da população do território, haja vista, ter sido o Movimento Autonomista um movimento urbano numa área de características absolutamente rurais, habitada por uma maioria analfabeta.

Desde o momento da anexação do Acre ao Brasil, a busca pela autonomia fez parte dos ideais da elite local. No que se refere ao Departamento do Alto do Acre, o modo em que se articula a *Folha do Acre*, prevalece um discurso em torno da defesa de uma autonomia política. O termo ‘autonomia’ que aparece na grande maioria das edições, quando o movimento parece caminhar para a tão sonhada autonomia, em algum momento, cai em desuso, reaparecendo ainda nas últimas edições quando o fechamento do periódico coincide com a crise que passa a afetar os veículos de comunicação a partir dos primeiros anos da década de 40.

Com relação à ‘instrução pública’, observa-se que o termo aparece com menos frequência nas publicações do referido período. Instrução pública aparece, ora para comunicar atos oficiais, ora para chamar a atenção das autoridades para a necessidade de investimentos ou ainda em forma de sugestão de melhorias para de estrutura e organização do trabalho pedagógico.

A publicação do Regulamento da Instrução Pública nas primeiras décadas do século XX ocorreu simultaneamente em vários Estados do Brasil. Para além de normatizar as ações educacionais atendia interesses de grupos que precisavam garantir a formação mínima de cidadãos que deveriam ser úteis à produção e desenvolvimento econômico do Território.

O Regulamento para a Instrução Primária no Departamento do Alto Acre serviu como elemento norteador para a organização dos serviços educacionais no Acre. A publicação do documento, ainda que de maneira fragmentada (por partes), ocupava lugar de destaque, permitindo depreender a importância que o meio - Folha do Acre - dava às questões relativas à educação no território.

A partir da publicação do Regulamento, é possível observar, por exemplo, a decisão do poder público de tornar a instrução primária obrigatória, pública gratuita, leiga (laica) e igual para ambos os sexos. Importa ressaltar que, embora garantida na forma da lei, nos anos 30, a bandeira da educação pública, gratuita, para todos, voltaria a ser levantada pelos signatários do Manifesto dos Pioneiros na década de 30.

Do ponto de vista do desempenho de papéis de diferentes atores –prefeito, inspetores, professores) é possível observar a relação hierárquica e de controle, especialmente no que se refere aos professores no exercício de suas atividades laborais.

Por meio dos artigos publicados no jornal Folha do Acre, valendo-se da retórica, o Movimento Autonomista difunde suas ideias na expectativa de ganhar adeptos a alcançar o objetivo propagado e, para além da autonomia, as benesses atinentes a um Estado Federado, quais sejam, mandatos políticos, cargos públicos, controle das receitas e recursos oriundos do orçamento do Governo Federal.

Desde a sua fundação, no ano de 1910, a Folha do Acre passa por transformações. Num primeiro momento, em que anuncia a necessidade de autonomia, predomina o discurso que o afasta das orientações do departamento do Alto Acre. Ao longo do tempo conteúdos oficiais ganham espaço. Assim como ocorreu com outros veículos não oficiais, a Folha do Acre também se mantinha com o dinheiro da venda de assinaturas e de anúncios. Embora as mudanças no que se refere à estrutura, organização e corpo diretivo, a Folha do Acre, mantém a retórica que alinha ao movimento em defesa da autonomia política, administrativa e consequente desenvolvimento do território do Acre.

No que se refere a divulgação de iniciativas como as conferências públicas, cívicas e escolares, o jornal se coloca como importante aliado do Poder Público, não só para fazer eco às mensagens que as autoridades pretendiam comunicar como instrumento formador de mentalidades, capaz de influenciar comportamentos mais colaborativos com a administração pública.

Dessa forma é possível depreender que, a partir do discurso que apresenta, o jornal Folha do Acre desempenha papel preponderante na anúncio das políticas nacionais e

do território, em busca da adesão, seja dos leitores, a quem informa ou do poder público, a quem chama publicamente à responsabilidade, posiciona-se como ente formador de uma nova mentalidade no território do Acre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a Estado – Um Olhar Social** – São Paulo: USP, 2005. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo- SP.

BRASIL. Decreto nº 9.831, de 23 de Outubro de 1912. **Reorganiza a Administração e a Justiça no Território do Acre.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html> acesso 27/5/2018.

DECRETO Nº 1.181, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904 **Autoriza o Presidente da República a Administrar Provisoriamente o Território Reconhecido Brasileiro, em Virtude Do Tratado de 17 de Novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias.** (cf.<http://www2.camara.leg.br>).

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. Sem autonomia econômica, nada a comemorar a autonomia econômica do Acre. **Blog do Altino Machado.** Rio Branco, 15 de junho de 2016. Disponível em <http://www.altinomachado.com.br/2016/06/sem-autonomia-economica-nada-comemorar.html>. Acesso em 25/05/2018.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1987.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa; análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006.

CAULLEY, D.N. Document Analysis in Program Evaluation (Nº 60 na série Paper and Report Series of the Research on Evaluation Program). Portland, Or. Northwest Regional Educational Laboratory, 1981. Apud Lüdke, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I** Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986

CHARTIER , Roger. **A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Trad. Mary Del Priori – Basília: Editora Universidade de Brasília, 2ª. Ed., 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** In: *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 35, p. 255-272, jul./dez.2007. <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/171>.

DANTAS, Andréia Maria Lopes. **A Educação Secundária no Departamento do Alto Juruá (1904 a 1920): Entre o Desejo e a Possibilidade.** Revista HISTBR On Line Campinas: Disponível em; Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

DANTAS, André Maria Lopes. **O Vozear na mata e a modernidade anunciada: Educação no Território do Are através do jornais (1906-1930)**. Revista HistedBR. Campinas – SP, número especial, 2011.

DANTAS, André Maria Lopes; COSTA, Lais Souza; Sá, Eduardo Franco de Município, Sim!': **O discurso de autonomia da Vila Seabra expresso no jornal O Município (1910-1913)**. Disponível em: <<http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo3/individual/3771-3781.pdf>> Acesso em 25/05/2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Elizabeth Miranda de. NASCIMENTO, Luciana Marino do. ALBUQUERQUE, Luciete Basto de Andrade (orgs.). **Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. V. 14. N. 40 jan./abril 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em 20/05/2018

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Disponível em: <<https://ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em 20/05/2017.

SIRINELLI, Jean-François. **As elites culturais**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 259-280

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

PHILLIPS, B.S. Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Agir, 1974 Apud Lüdke, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I** Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986.

### Jornais

Jornal Folha do Acre, ed. 1, 1910 p. 1, disponível em <http://memoria.bn.br/> acesso em 8/05/2018

\_\_\_\_\_ed. 2, 1910, p.1 Disponível em <http://memoria.bn.br/> 08/05/2018.

\_\_\_\_\_ed.4,1910, p.1 Disponível em <http://memoria.bn.br/> Acesso em 08/05/2018.

\_\_\_\_\_ed. 6, 1910, p.1 Disponível em [http://memoria.bn.br.](http://memoria.bn.br/) Acesso em 08/05/2018.

\_\_\_\_\_ed. 7, 1910, p.1 Disponível em <http://memoria.bn.br>. Acesso em 08/05/2018.

\_\_\_\_\_ed. 8, 1910, p. 1 Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 08/05/2018

\_\_\_\_\_ed. 10, 1910 1910, p. 1 Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 8/05/2018

\_\_\_\_\_ed. 12, 1910, p, 1 Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 08/5/2018

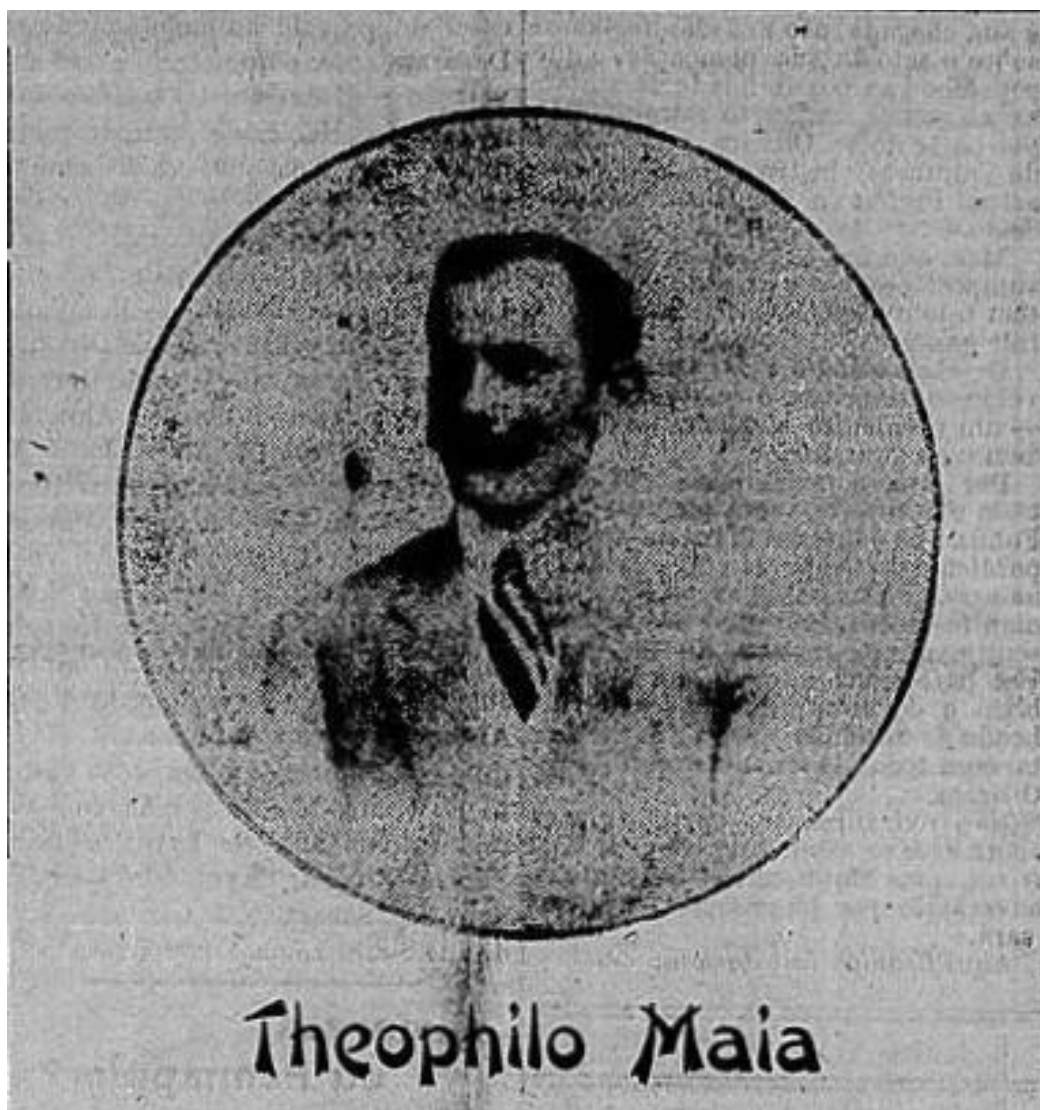
#### Sites

A História do Acre e da Maçonaria Acreana Osmir D Albuquerque Lima –artigo 283 Barbosa Nunes Disponível em <https://www.gob.org.br/a-historia-do-acre-e-da-maconaria-acreana-osmir-d-albuquerque-lima-filho-artigo-283-barbosa-nunes/>. Acesso em 27/01/2019.

Educação no Brasil. Ribeiro, Ana disponível em <HTTPS://www.enemvirtual.com.br>. Acessado em 27/01/2019

**ANEXOS**

Anexo 1- Fotografia de Theophilo Maia



Fonte: FOLHA DO ACRE (1911, ed. 27, p. 1).



